

**PROTOCOLO DIGITAL**

Recebido em: 11 / 04 / 2022



# REGIMENTO ESCOLAR

**Sete Lagoas  
Ano 2022 a 2024**

**CARIMBO**

ENTREGA DE DOCUMENTO NA SRE/SL

Recebido na SRE em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2022

Assinatura:.....

## Regimento Escolar

### Sumário

|  |    |
|--|----|
| IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO                                       | 7  |
| TÍTULO I   | 8  |
| DA EDUCAÇÃO NACIONAL   | 8  |
| TÍTULO II  | 8  |
| DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL                     | 8  |
| CAPÍTULO I   | 8  |
| DAS FINALIDADES, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL | 8  |
| CAPÍTULO II  | 9  |
| DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES                             | 9  |
| CAPÍTULO III   | 9  |
| DA EDUCAÇÃO BÁSICA   | 9  |
| SEÇÃO I  | 9  |
| DO ENSINO FUNDAMENTAL  | 9  |
| SEÇÃO II   | 10 |
| DO ENSINO MÉDIO  | 10 |
| CAPÍTULO IV  | 13 |
| DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA                             | 13 |
| SEÇÃO I  | 13 |
| DA EDUCAÇÃO ESPECIAL   | 13 |
| TÍTULO V   | 16 |
| DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TÉCNICA            | 16 |
| CAPÍTULO I   | 16 |
| DA DIRETORIA   | 16 |
| SEÇÃO I  | 17 |
| DO(A) DIRETOR(A)   | 17 |
| SEÇÃO II   | 20 |
| DO(A) VICE-DIRETOR(A)  | 20 |
| CAPÍTULO II  | 21 |
| DOS SERVIÇO TÉCNICO  | 21 |
| SEÇÃO ÚNICA  | 21 |
| DO SECRETÁRIO ESCOLAR  | 21 |
| CAPÍTULO III   | 22 |
| DOS AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS                              | 22 |
| SEÇÃO ÚNICA  | 23 |
| DA LANCHONETE  | 23 |
| TÍTULO V   | 23 |
| DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS                                       | 23 |

|   |    |
|---|----|
| CAPÍTULO I  |    |
| DO SUPERVISOR e COORDENADOR PEDAGÓGICO  |    |
| CAPÍTULO II   |    |
| DO CORPO DOCENTE  | 25 |
| SEÇÃO I   | 27 |
| DOS DIREITOS DO CORPO DOCENTE   | 27 |
| SEÇÃO II  | 27 |
| DOS DEVERES DO CORPO DOCENTE  | 27 |
| SEÇÃO III   | 28 |
| DAS PROIBIÇÕES AO CORPO DOCENTE   | 28 |
| CAPÍTULO III  | 28 |
| DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES                                       | 28 |
| SEÇÃO I   | 28 |
| DA BIBLIOTECA ESCOLAR   | 28 |
| SEÇÃO II  | 29 |
| DA BIBLIOTECÁRIA ESCOLAR  | 29 |
| SEÇÃO II  | 30 |
| DO LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS, QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA                        | 30 |
| SEÇÃO III   | 30 |
| DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA   | 30 |
| CAPÍTULO IV   | 31 |
| DO CONSELHO DE CLASSE   | 31 |
| TÍTULO VI   | 32 |
| DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR  | 32 |
| CAPÍTULO I  | 32 |
| DO PESSOAL A SERVIÇO DA ESCOLA  | 32 |
| CAPÍTULO II   | 35 |
| DO PESSOAL DISCENTE   | 35 |
| CAPÍTULO III  | 39 |
| DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS  | 39 |
| TÍTULO VII  | 41 |
| DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA   | 41 |
| CAPÍTULO I  | 41 |
| DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO  | 41 |
| CAPÍTULO II   | 42 |
| DO CALENDÁRIO ESCOLAR   | 42 |
| CAPÍTULO III  | 43 |
| DA MATRÍCULA  | 43 |
| SEÇÃO I   | 44 |
| DA MATRÍCULA DO ALUNO INTERCAMBISTA   | 44 |
| SEÇÃO II  | 44 |
| DA MATRÍCULA E AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE ESTRANGEIRO PARTICIPANTE DE INTERCÂMBIO | 44 |
| CAPÍTULO IV   | 45 |
| DA TRANSFERÊNCIA  | 45 |
| SEÇÃO I   | 46 |

|  |    |
|--|----|
| DO ALUNO TRANSFERIDO COM PROGRESSÃO                      |    |
| SEÇÃO II   |    |
| DA ADAPTAÇÃO   |    |
| CAPÍTULO V   | 47 |
| DA CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO                       | 47 |
| SEÇÃO I  | 47 |
| DA CLASSIFICAÇÃO   | 47 |
| SEÇÃO II   | 48 |
| DA RECLASSIFICAÇÃO                                       | 48 |
| CAPÍTULO VI  | 49 |
| DA FREQUÊNCIA  | 49 |
| SEÇÃO ÚNICA  | 50 |
| DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL             | 50 |
| CAPÍTULO VII   | 50 |
| DO PLANEJAMENTO CURRICULAR                               | 50 |
| SEÇÃO I  | 52 |
| DO ENSINO FUNDAMENTAL                                    | 52 |
| SUBSEÇÃO I   | 53 |
| DA ÁREA DE LINGUAGENS                                    | 53 |
| SUBSEÇÃO II  | 53 |
| DA ÁREA DE MATEMÁTICA                                    | 53 |
| SUBSEÇÃO III   | 53 |
| DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA                          | 53 |
| SUBSEÇÃO IV  | 53 |
| DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANA                               | 53 |
| SEÇÃO II   | 54 |
| DO ENSINO MÉDIO  | 54 |
| I - DA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS             | 56 |
| II - DA ÁREA DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS            | 56 |
| III - DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS | 56 |
| IV - DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS     | 56 |
| SUBSEÇÃO II  | 56 |
| DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS                               | 56 |
| OBJETIVOS  | 60 |
| OBJETIVOS  | 61 |
| MÓDULOS  | 67 |
| SEÇÃO V  | 68 |
| DA EDUCAÇÃO ESPECIAL                                     | 68 |
| TÍTULO VIII  | 69 |
| DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR                     | 69 |
| CAPÍTULO I   | 69 |
| DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM                             | 69 |
| CAPÍTULO II  | 70 |
| DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM                           | 70 |
| SEÇÃO I  | 72 |



PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

SEÇÃO II

DOS ESTUDOS CONTÍNUOS, INDEPENDENTES E PERIÓDICOS DE RECUPERAÇÃO

CAPÍTULO IX

DA PROGRESSÃO

SEÇÃO I

DA PROGRESSÃO PARCIAL

SEÇÃO III

DA CERTIFICAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

TÍTULO IX

DOS LIVROS E IMPRESSOS UTILIZADOS NA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

76

76

76

76

77

77

77

78

79

79

## IDENTIFICAÇÃO DO COLÉGIO

NOME – Colégio Laís Farnetti  
ENDEREÇO – Rua Joaquim Murtinho, 325 - Bairro - São Geraldo  
ENTIDADE MANTENEDORA –  
Colégio Laís Farnetti Ltda – EPP – CGC: 06.054.008/0001-17

## NÍVEL DE ENSINO OFERECIDO:

- Ensino Fundamental – Anos Finais – 6º ao 9º ano
- Ensino Médio – 1º ao 3º ano

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- Portaria SEE nº 769/2017, MG de 14/07/2017
- Portaria nº 522/2022, MG 26/03/2022

## SITUAÇÃO LEGAL DE FUNCIONAMENTO:

- Ensino Fundamental - Anos Finais – 4 anos
- Ensino Médio – 1º ao 3º ano –

## HISTÓRICO

Em 2005 atendendo à solicitação da comunidade escolar, criou-se o Colégio Laís Farnetti com o Ensino Fundamental (anos finais) de 5ª à 8ª Série. Desde o início de suas atividades, o Colégio funciona na mesma sede, embora esta tenha passado por ampliações em sua rede física. Iniciamos com uma casa com 04 (quatro) cômodos e um barracão com 02 (dois) cômodos. Hoje nossa infraestrutura conta com 03 (três) prédios e 27 (vinte e sete) salas de aula. Em 2011 passa-se a vigorar o Ensino Médio do 1º ao 3º ano.

## **TÍTULO I DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

**Art. 1º** - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

**Parágrafo único.** A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

## **TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

### **CAPÍTULO I DAS FINALIDADES, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

**Art. 2º** - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Art. 3º** - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I.** Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II.** Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III.** Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV.** Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V.** Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI.** Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII.** Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII.** Gestão democrática do ensino público, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX.** Garantia de padrão de qualidade;
- X.** Valorização da experiência extraescolar;
- XI.** Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII.** Consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII.** Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- XIV** - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

**Art. 4º** – A escola, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terá a incumbência de:

- I** – elaborar, regimentar e executar seu Projeto Político-Pedagógico;
- II** – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III** – assegurar o cumprimento dos dias escolares, letivos e horas-aula estabelecidos;
- IV** – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V** – promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI** – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII** – informar pai e mãe, conviventes ou não com os filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do Projeto Político-Pedagógico;
- VIII** – elaborar e implementar o Plano de Intervenção Pedagógica;
- IX** - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei;

- X** - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;
- XI** - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas;
- XII** - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.

## **CAPÍTULO II**

### **DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES**

**Art. 5º** - A educação escolar compõe-se de:

- I.** educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II.** educação superior.

## **CAPÍTULO III**

### **DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Art. 6º** - A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

## **SEÇÃO I**

### **DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art. 7º** - O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I.** O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II.** A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III.** O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV.** O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**§ 1º** É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

**§ 2º** Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por ano podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

**§ 3º** O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

**§ 4º** O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.



**§ 5º** O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

**Art. 8º**- Os anos finais devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no ensino fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do estudante nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no ensino médio.

**Art. 9º** - A escola, observando as políticas públicas educacionais, tendo em vista a sua filosofia, função social e missão adotará como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais e solidárias.

Parágrafo único. Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando.

## SEÇÃO II DO ENSINO MÉDIO

**Art. 10** - O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular.

**Art.11** - A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - Linguagens e suas tecnologias;

II - Matemática e suas tecnologias;

III - Ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - Ciências humanas e sociais aplicadas.

**§ 1º** A parte diversificada dos currículos de que trata o *caput* do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

**§ 2º** A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

**§ 3º** O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

**§ 4º** A organização por áreas do conhecimento implica o fortalecimento das relações entre os saberes e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

**§ 5º** O currículo por área de conhecimento deve ser organizado e planejado dentro das áreas de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

**§ 6º** A formação geral básica deve ter carga horária total máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas, que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

**§ 7º** Devem ser contemplados, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de:

I - Língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas;

II - Matemática;

III - Conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

IV - Arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro;

V - Educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

VI - História do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

VII - História e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras;

VIII - Sociologia e filosofia;

IX - Língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino.

**Art. 12** - A partir das áreas do conhecimento e da formação técnica e profissional, os itinerários formativos devem ser organizados, considerando:

I - Linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

II - Matemática e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de problemas e análises complexas, funcionais e não-lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria e topologia, robótica, automação, inteligência artificial, programação, jogos digitais, sistemas dinâmicos, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

III - Ciências da natureza e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, meteorologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, zoologia, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

IV - Ciências humanas e sociais aplicadas: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

**§ 1º** Os itinerários formativos devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino.

**§ 2º** Os itinerários formativos orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes:

I - Investigação científica: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II - Processos criativos: supõe o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos ou produtos que atendam a demandas pela resolução de problemas identificados na sociedade;

III - mediação e intervenção sociocultural: supõe a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

IV - Empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias.

**§ 3º** Itinerários formativos integrados podem ser ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem mais de uma área de conhecimento e da formação técnica e profissional.

**§ 4º** A definição de itinerários formativos previstos neste artigo e dos seus respectivos arranjos curriculares deve ser orientada pelo perfil de saída almejado para o estudante com base nos Referenciais para a Elaboração dos Itinerários Formativos, e deve ser estabelecido pela instituição ou rede de ensino, considerando os interesses dos estudantes, suas perspectivas de continuidade de estudos no nível pós-secundário e de inserção no mundo do trabalho.

**§ 5º** Os itinerários formativos podem ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, dada a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

## **CAPÍTULO IV DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### **SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Art. 13** - A educação especial, modalidade de ensino, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, é destinada aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação.

**Art. 14** - A educação especial, prevista obrigatoriamente no projeto político pedagógico e no regimento escolar, deverá viabilizar as condições de acesso, percurso, permanência com qualidade e conclusão das etapas de ensino, garantindo o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes e as flexibilizações previstas na legislação vigente.

**Art. 15** - Atendimento do aluno na Educação Especial será efetivado observando os seguintes procedimentos:

- I – Avaliação educacional realizada por uma equipe pedagógica composta no mínimo por professor, supervisor e/ ou orientador educacional;
- II – Diagnóstico multidisciplinar, envolvendo profissionais da área da Educação e saúde, quando for o caso, e com a participação da família;
- III – Relatório circunstanciado das informações básicas que justifiquem a oferta;
- IV – Plano de Desenvolvimento Individual do aluno (PDI); para alunos com deficiências transtornos globais do desenvolvimento (CID 10);
- V- A CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde) não deve ser colocada na ficha do discente sem autorização dos pais ou responsável legal. Ao mencionar CID 10 a intenção é registrar de forma simplificada a classificação de doenças, ou está fazendo referência a um Guia de classificação que foi lançado e que em breve, sairá o CID 11.
- VI – Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em Instituições de ensino;

- VII – Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamento e de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII – Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- IX – Só terão direito à professor de apoio o aluno que a lei permitir.

**Art. 16** - Para os alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, será permitida a flexibilização do tempo escolar em até 50% do tempo previsto para o Ensino Fundamental.

1º A flexibilização deverá obedecer aos seguintes critérios:

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;

E no Ensino Médio -

§ 1º A flexibilização deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - No Ensino Fundamental Anos Iniciais, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;

II - No Ensino Fundamental Anos Finais, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;

III - No Ensino Médio, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada série.

**Art. 17** - Alunos com Deficiências e transtornos globais do Desenvolvimento terão um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), devendo ser elaborado no início de sua vida escolar por todos os Profissionais: Especialista e professores envolvidos no processo de escolarização e continuamente atualizados em função de seu desenvolvimento e aprendizagem.

**Art. 18** - *Solicitação de Laudo ou Relatório Médico, deverá ser feito quando informados pelos pais ou responsáveis pela criança, que a mesma já tenha algum diagnóstico feito por um especialista, e a criança vir apresentar alguma dificuldade motora, oral, física ou comportamental.*

**Art. 19** - *A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com alguma dificuldade, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.*

**Art. 20** - *Aos alunos com dificuldades, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são garantidos o acesso, o percurso e a permanência, caracterizando o seu no processo de inclusão, mediante elaboração e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, após o recebimento do laudo médico. Pois assim os alunos terão um atendimento educacional especializado onde irá identificar, elaborar, organizar e oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos nas aulas e diversas atividades disponibilizadas pela escola, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.*

**Art. 21** - *A importância do entendimento da solicitação é fundamental, pois a criança pode precisar de um tratamento mais prolongado, devido a dificuldades manifestadas. Nesses casos a parceria com o médico e demais especialistas que estejam realizando atendimento ao mesmo para realização de um diagnóstico e acompanhamento desses pacientes é complementar, articulado ao trabalho terapêutico, que reavalia as crianças, solicita exames quando necessário e auxilia na reflexão sobre a direção do tratamento.*

**Art. 22** – O aluno em questão não poderá de forma nenhuma se resguardar da sua condição e agredir verbal e fisicamente qualquer funcionário, professor e/ou aluno no Estabelecimento de Ensino e suas mediações; sofrerá todas as penalidades impostas aos demais, será feita toda o registro de Ocorrência em Ata e também em Boletim de Ocorrência ou Boletim de Ocorrência Interna. Podendo ser desligada do corpo discente em qualquer momento.

## CAPÍTULO V

### DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

**Art. 23** – Serão analisados os casos dos alunos que apresentarem questões relativas às situações previstas a seguir, para possíveis atendimentos, levando-se em consideração as condições da escola:

- I. no Decreto-Lei nº 1.044/69, de 21/10/1969, e na Legislação que trate do tema em pauta, neste capítulo, considerada a vigência deste Regimento Escolar;
- II. se convocado temporariamente para o Serviço Militar, desde que suas faltas se deem em virtude de obrigações decorrentes dessa situação;
- III. de estudantes que realizaram parte dos estudos no exterior, em decorrência de acompanhamento dos pais por motivo justificado (de acordo com documentação apresentada no retorno), e requeiram sua matrícula no Colégio;
- IV. excepcional e não previstos nos itens anteriores, após apurado estudo pelo corpo pedagógico, técnico e administrativo.

Lei Federal 6202/1975 e escusa de consciência Art. da LDB

I. pelo Decreto-Lei Federal 1044 de 21 de outubro de 1969;

II. pela Lei Federal 6202 de 17 de abril de 1975.

§ 1º É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar, por tempo prolongado.

Serão atribuídos a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

§ 2º O regime de exceção previsto no caput do artigo dependerá da apresentação de documento comprobatório.

**Art. 24** - É assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas:

- I. Prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;
- II. Trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

**Art. 25** – O tratamento a ser dispensado aos alunos enquadrados nas situações previstas no artigo anterior, no que se refere ao aproveitamento escolar e à frequência, deverá ser planejado pelo Coordenador Pedagógico, em consonância com as orientações da Direção Acadêmica, as condições desta instituição e o comprometimento da família no que diz respeito às normas institucionais e ao reconhecimento e à aceitação sobre as condições do Colégio.

§ 1º – Para efeito da avaliação do rendimento escolar dos alunos nessas situações, a aplicação de instrumentos avaliativos terá o mesmo teor e abrangência curricular do conteúdo ministrado na etapa escolar.

§ 2º – As avaliações aplicadas aos alunos em situações supracitadas receberão o tratamento estabelecido de acordo com os critérios de correção, pontuação e nivelamento da aprendizagem previstos neste Regimento Escolar para resultados de aprovação, recuperação e reprovação.

**Art. 26** – Aos alunos que se encontrarem na situação prevista no Decreto-Lei nº 1.044/69, comprovado por Laudo/Relatório Médico, será permitido o atendimento por meio de:

- I. dispensa de frequência, enquanto perdurar, comprovadamente, a situação de impedimento;



II. atribuição de exercícios, provas, testes, trabalhos e tarefas para elaboração e execução, de acordo com as possibilidades do Colégio.

Parágrafo Único – O tratamento previsto neste artigo não poderá ser aplicado se a situação de impedimento do aluno perdurar por todo o período letivo, bem como durante a Recuperação Final, podendo, nesse caso, a situação ser analisada a critério da Direção Geral, de acordo com a Proposta Pedagógica do Colégio. Serão considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinados distúrbios agudos, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizagem, atendendo a que tais características se verifiquem, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia, asma, cardite, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas, etc.)

d) Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência das aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

e) Dependerá do regime de exceção, neste Decreto-Lei estabelecido de laudo médico elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

f) Será da competência do Diretor do estabelecimento a autorização, à autoridade superior imediata, do regime de exceção.

### **TÍTULO III**

#### **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E TÉCNICA**

**Art. 27** - A organização e administração da escola fundam-se na ideia de solidariedade entre as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem, observando sempre que se fizer necessário o princípio de colegialidade das decisões.

### **CAPÍTULO I**

#### **DA DIRETORIA**

**Art. 28** - A Administração do Colégio Laís Farnetti, será exercida e constituída por:

I – Diretor (a)

II – Vice-Diretor (a)

**Art. 29** - A Direção do Colégio será exercida pela representante da entidade mantenedora.

### **SEÇÃO I**

#### **DO(A) DIRETOR(A)**

**Art. 30 – São atribuições e deveres do (a) Diretor (a):**

**I - responder integralmente pela escola, exercendo em regime de dedicação exclusiva as funções de direção, mantendo-se permanentemente à frente da instituição:**

- a)** prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção da escola e a presidência do colegiado;
- b)** fornecer com fidedignidade, os dados solicitados pela SRE/SEE/MG, observando os prazos estabelecidos;
- c)** observar e cumprir a legislação vigente.

**II - administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas, os equipamentos e materiais:**

- a)** manter atualizado o inventário dos materiais e bens existentes na escola;
- b)** zelar pela adequada utilização e preservação dos bens móveis da escola;
- c)** racionalizar o uso dos bens e materiais de consumo da escola;
- d)** tomar providências necessárias à manutenção, conservação e reforma do prédio, dos equipamentos e mobiliário da escola;
- e)** definir junto com o colegiado, os horários de funcionamento da escola.

**III - coordenar a administração financeira e a contabilidade da escola:**

- a)** levantar as necessidades de recursos para atender à previsão de despesas rotineiras e eventuais da escola;
- b)** elaborar o orçamento da escola, submetendo-o à aprovação do colegiado;
- c)** providenciar o recebimento de verbas oficiais e orientar a captação de recursos em outras fontes;
- d)** aplicar em tempo hábil, os recursos obtidos, tendo em vista o atendimento às necessidades da escola;
- e)** submeter ao conselho fiscal e ao colegiado da escola prestação de contas dos recursos aplicados.
- f)** assegurar a regularidade do funcionamento da caixa escolar, responsabilizando por todos os atos praticados na sua gestão.

**IV - coordenar a administração de pessoal:**

- a)** definir com o colegiado, o quadro de pessoal da escola, observados os dispositivos legais pertinentes;
- b)** promover a avaliação de desempenho dos profissionais da escola;
- c)** determinar medidas necessárias ao ingresso, à movimentação e ao processamento de benefícios, direitos e vantagens dos servidores da escola;
- d)** definir o quadro de distribuição de tarefas e assegurar o seu cumprimento;
- e)** fazer cumprir o regime disciplinar previsto na legislação específica;
- f)** assegurar a atualização das pastas funcionais dos servidores da escola;
- g)** definir, com os servidores da escola, seus períodos de férias;
- h)** comandar o pagamento do pessoal da escola, mediante registros do livro de ponto.

**V - Favorecer a gestão participativa da escola:**

- a)** convocar assembleias para a eleição dos membros do colegiado;
- b)** organizar o colegiado da escola, esclarecendo sobre suas funções;
- c)** convocar as reuniões do colegiado e presidi-las;
- d)** submeter à apreciação do colegiado, questões que devem ser decididas participativamente;
- e)** fazer cumprir as decisões do colegiado;
- f)** delegar competências quando se fizer necessário de acordo com os dispositivos legais.

**VI - Gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola:**

- a)** participar do levantamento de necessidades de capacitação do pessoal da escola;



- b) providenciar ações de capacitação dos profissionais da escola, tendo em vista as necessidades identificadas;
- c) articular com instituições e pessoas, visando a sua participação nas atividades de capacitação do pessoal da escola;
- d) encaminhar demandas de cursos aos órgãos competentes, quando necessário.
- e) criar comissão para reutilização e descarte de livros didáticos.
- f) Constituem objetivos do Programa de combate ao bullying e cyberbullying:
- 1 - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (bullying) em toda a sociedade;
  - 2 - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;
  - 3 - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;
  - 4 - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;
  - 5 - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;
  - 6 - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;
  - 7 - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;
  - 8 - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;
  - 9 - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.
- g) Desenvolver ações ao Combate à intimidação Sistemática – Lei 23366, de 25/07/2019, considerando-se violência na escola:
- 1 - o uso de força física ou de intimidação moral por parte de membro da comunidade escolar como um ato de subjugação de outro membro da comunidade;
  - 2 - a prática de ato que cause danos a bem de membro da comunidade escolar ou ao patrimônio escolar;
  - 3 - a prática do bullying, entendido como a ação realizada de modo intencional e repetitivo, por meio eletrônico ou presencialmente, com o objetivo de intimidar ou agredir a vítima, causando-lhe dor ou angústia.
- h) Promover ações que objetivam a paz na escola:
- 1 - prevenir e enfrentar as condições geradoras de violência na escola;
  - 2 - fortalecer o papel social da escola na promoção da paz, da cidadania, da solidariedade, da tolerância e do respeito ao pluralismo e à diversidade étnica e cultural;
  - 3 - fortalecer a escola como espaço de reflexão e de resolução de conflitos por meio do diálogo;
  - 4 - preservar o patrimônio material das escolas.
  - 5 - reconhecimento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, como marco jurídico da garantia de direitos e da promoção de responsabilidades de crianças e adolescentes;
  - 6 - compartilhamento de responsabilidades entre os órgãos executivos da política de educação e a Polícia Civil, a Polícia Militar, os Conselhos Tutelares, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário;
  - 7 - integração entre a comunidade escolar e as organizações da sociedade civil na formulação, na execução e no acompanhamento das medidas decorrentes da política de que trata esta lei;
  - 8 - garantia da participação das agremiações estudantis na formulação, na execução e no acompanhamento das medidas decorrentes da política de que trata esta lei;
  - 9 - adoção dos princípios e das práticas da mediação de conflitos e da justiça restaurativa no enfrentamento cotidiano da violência na escola;

- 10 - valorização da cultura do jovem e do protagonismo juvenil no cotidiano escolar;  
- garantia de apoio logístico, na forma de regulamento, aos conselhos de segurança escolar e comunitária.

**i) Ações para promoção da paz na escola:**

- 1- realização de pesquisas e diagnósticos sobre as condições geradoras de violência na escola, com a colaboração de entidades e especialistas;
- 2 - implementação de plano de prevenção e enfrentamento à violência na escola,
- 3 - atendimento social e psicológico aos membros da comunidade escolar envolvidos em casos de violência na escola,
- 4 - inclusão, no projeto político-pedagógico, de plano de promoção da paz na escola, para a consecução dos objetivos da política de que trata esta lei;
- 5- instituição, no regimento escolar, de normas de convivência que explicitem direitos e deveres dos membros da comunidade escolar e procedimentos a serem adotados em caso de violência na escola, observada a Lei nº 22.623, de 2017;
- 6 - registro dos casos de violência na escola, com informações sobre as providências adotadas e o monitoramento dos resultados, sem prejuízo do disposto no inciso VI do art. 3º da Lei nº 22.623, de 2017;
- 7 - Organização de ações educativas, culturais, sociais e esportivas que valorizem o papel da família na formação de crianças e jovens e reforcem os vínculos entre a escola e a comunidade.

**§ 1º** O ato de reconhecimento de curso de ensino fundamental e médio oferecido por estabelecimento privado de ensino, ou sua renovação, fica condicionado ao cumprimento do disposto nos incisos I a III do caput deste artigo.

**§ 2º** O registro de que trata o inciso III do caput será disponibilizado aos membros da comunidade escolar, à Secretaria de Estado de Educação e à Superintendência Regional de Ensino, na forma de regulamento.

**VII - orientar o funcionamento da secretaria da escola:**

- a) estabelecer a rotina de funcionamento da secretaria, garantindo a regularidade das atividades e informações;
- b) orientar a secretaria da escola sobre normas e procedimentos referentes à escrituração escolar e à situação funcional dos servidores;
- c) organizar arquivo de legislação referente à educação;
- d) supervisionar a análise de processos de regularização de vida escolar;

**VIII - participar do atendimento escolar no município:**

- a) colaborar na realização do cadastro escolar;
- b) propor a expansão de níveis e modalidades de ensino, com base nas necessidades da comunidade;
- c) promover a regularização do fluxo escolar, tomando medidas que visem à redução de evasão e de repetência.

**IX - representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais do município.**

**X - coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola:**

- a) articular a comunidade na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do plano de desenvolvimento da escola;
- b) promover estudos e debates para subsidiar a elaboração do plano de desenvolvimento da escola, identificando as características da clientela, definindo a missão da escola e sugerindo as ações a serem desenvolvidas;
- c) coordenar a elaboração do plano de desenvolvimento da escola, viabilizando a participação de todos, conforme a dinâmica de planejamento estabelecida.

- d) submeter o plano de desenvolvimento da escola à aprovação do colegiado e promover sua divulgação;
- e) discutir com a comunidade escolar a operacionalização do plano de desenvolvimento da escola, definindo as responsabilidades de cada segmento e a dinâmica a ser utilizada;
- f) promover a integração dos diversos setores da escola, visando assegurar a unidade necessária à efetivação do plano de desenvolvimento da escola;
- g) acionar medidas destinadas a garantir condições administrativas, financeiras e pedagógicas necessárias à implementação das ações previstas no plano de desenvolvimento da escola;
- h) propor o replanejamento do plano de desenvolvimento da escola, com base nos resultados da avaliação.

**XI – cumprir e fazer cumprir permanentemente:**

- a) calendário escolar;
- b) plano curricular;
- c) jornada de trabalho dos servidores em exercício na escola;
- d) regimento escolar e projeto político-pedagógico;
- e) plano de intervenção pedagógica e demais normas complementares vigentes.

**Parágrafo único.** É função específica do Diretor (a) ser o articulador político, pedagógico e administrativo da escola.

## **SEÇÃO II DO(A) VICE-DIRETOR(A)**

**Art. 31 - Compete ao Vice-diretor (a):**

- I.** Substituir o diretor em sua falta e impedimentos eventuais;
- II.** Auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções;
- III.** Atender às solicitações dos pais e dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados e informações relativos ao estabelecimento de ensino;
- IV.** Manter atualizada toda documentação da escola/instituição de ensino sob sua responsabilidade;
- V.** Contribuir para o desenvolvimento das instituições e realizações das atividades sociais, comemorações cívicas, festas religiosas e outras solenidades promovidas pela escola;
- VI.** Controlar o registro de frequência do pessoal envolvido na escola através do Livro de Ponto diário;
- VII.** Inventariar anualmente os bens da escola conforme normas legais vigentes;
- VIII.** Desempenhar todas as atividades que por sua natureza ou em virtude das disposições regulamentares, sejam decorrentes de suas atribuições.

**Deveres do Vice-diretor (a):**

- I.** acompanhar a frequência de alunos e professores
- II.** encontrar soluções para cobrir faltas e substituições
- III.** orientar e acompanhar os projetos institucionais
- IV.** participar da elaboração da pauta dos encontros de formação de professores e funcionários
- V.** dar suporte à coordenação pedagógica na avaliação de desempenho dos docentes.
- VI.** Monitorar todas as etapas da merenda
- VII.** Estreitar a relação com as famílias, acompanhando a entrada e a saída dos alunos e atendendo aos pais
- VIII.** Observar a manutenção do prédio e de equipamentos
- IX.** Checar as condições de segurança do prédio
- X.** Tomar decisões na ausência do diretor

## **CAPÍTULO II DOS SERVIÇO TÉCNICO**

**Art. 32** - Os serviços de secretaria serão executados por:

I. Secretário escolar;

### **SEÇÃO ÚNICA DO SECRETÁRIO ESCOLAR**

**Art. 33** - São atribuições do secretário escolar:

- I - organizar e manter atualizados, cadastros, arquivos, fichários, livros e outros instrumentos de escrituração da unidade escolar;
- II - redigir ofícios, exposição de motivos, atas e outros expedientes;
- III - preparar certidões, atestados, Históricos Escolares e outros documentos solicitados;
- IV - coletar, apurar, selecionar, registrar e consolidar dados para elaboração de informações estatísticas;
- V - realizar trabalhos de digitação;
- VI - realizar trabalhos de protocolo, preparo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos e formulários;
- VII - atender, orientar e encaminhar as partes;
- VIII - zelar pelo uso e conservação do material, mobiliário e equipamentos sob sua guarda;
- IX - outras, compatíveis com a natureza do cargo, previstas nas normas legais aplicáveis à espécie.
- X - Organizar os arquivos de modo racional e simples, mantendo-os sob sua guarda com o máximo de sigilo;
- XI - Garantir a perfeita conservação e restauração dos documentos recolhidos;
- XII - Organizar as fontes de pesquisa ou as pastas de procura de modo que qualquer documento exigido seja, rapidamente, localizado;
- XIII - Manter atualizada a documentação escolar, zelando pela sua fidedignidade, de modo a poder ser utilizada por ocasião de coleta de dados ou para subsidiar os trabalhos de inspeção, supervisão e orientação;
- XIV - Trazer em dia a coleção de leis, regulamentos, instruções, circulares e despachos que dizem respeito às atividades do estabelecimento;
- XV - Identificar, interpretar e aplicar a legislação em vigor pertinente à organização da unidade escolar;
- XVI - Divulgar todas as normas procedentes de órgãos superiores estimulando o pessoal em exercício na escola a respeitá-las, valorizá-las e agir, corretamente, de acordo com as mesmas;
- XVII - Planejar seu trabalho conforme as necessidades da escola, estabelecendo objetivos claramente definidos e padrões mínimos de desempenho;
- XVIII - Elaborar cronograma de atividades de Secretaria, tendo em vista a racionalização do trabalho e sua execução em tempo hábil;
- XIX - Executar, controlar e avaliar as atividades planejadas e, se necessário, replanejá-las, a fim de adequar seu trabalho à realidade da Escola;
- XX Participar das reuniões como representante do estabelecimento, quando solicitado pelo Diretor;
- XXI. Participar da elaboração do planejamento e da avaliação das atividades da Escola, quando convocado;
- XXII. Participar da elaboração do Regimento Escolar e cumprir as disposições contidas no mesmo;
- XXIII. Responder perante o Diretor, pelo expediente e pelos serviços gerais da Secretaria e auxiliá-lo, dando-lhe assistência, executando ou fazendo executar suas determinações;
- XXIV. Atender e auxiliar o Inspetor Escolar em suas visitas à Escola, apresentando-lhe a documentação solicitada;

- XXV.** Atender à Superintendência Regional de Ensino, alunos e comunidade, para prestar os esclarecimentos solicitados;
- XXVI.** Solicitar informações ao Inspetor Escolar para esclarecimento de dúvidas;
- XXVII.** Orientar seus auxiliares;
- XXVIII.** Agir de modo a captar a confiança de seus liderados;
- XXIX.** Supervisionar o trabalho administrativo, evitando desperdício de tempo do pessoal envolvido;
- XXX.** Contribuir para o aumento de esforço individual, criatividade e satisfação do pessoal envolvido no trabalho;
- XXXI.** Participar da vivência de técnicas inerentes às suas atribuições, através de intercâmbio com outros secretários, objetivando melhor desempenho de seu trabalho;
- XXXII.** Receber, registrar, classificar, arquivar e expedir correspondência, tomando as providências necessárias;
- XXXIII.** Fornecer, em tempo hábil, os documentos solicitados;
- XXXIV.** Controlar o material de consumo, material permanente e equipamentos da Secretaria;
- XXXV.** Participar de cursos de atualização, seminários, encontros e outros, sempre que possível.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS**

**Art. 34** - A escola terá os serviços de conservação e limpeza.

**Art. 35** - Os funcionários desses serviços serão admitidos em consonância com as exigências legais.

**Art. 36** - Os funcionários dos serviços anteriormente mencionados serão admitidos em consonância com as exigências legais.

**Art. 37** - As atribuições do pessoal responsável pelos serviços escolares serão delegadas pela direção, em conformidade com as necessidades do estabelecimento.

**Art. 38** - Compete aos funcionários do serviço de conservação e limpeza:

- I. Zelar pela ordem e limpeza da unidade escolar;
- II. Colaborar com os educadores na orientação dos alunos no que diz respeito a conservação da limpeza e aos bons hábitos que colaborem para preservação do espaço escolar;
- III. Prever a reposição do material de consumo;
- IV. Manter sempre limpo o prédio e suas instalações;
- V. Recolher todo o material deixado pelo aluno no estabelecimento, devolvendo o ao proprietário quando identificado e ao professor, pedagogo ou direção quando não identificado;
- VI. Comunicar à direção, qualquer estrago ou prejuízo ocasionado no patrimônio do estabelecimento;
- VII. Participar dos eventos e solenidades promovidas pela unidade escolar;
- VIII. Fazer limpeza geral no estabelecimento, quando solicitado pela direção;
- IX. Colaborar na organização do recreio, entrada e saída dos alunos;
- X. Acatar as ordens da direção quanto à distribuição dos serviços e determinação do horário de trabalho;
- XI. Responsabilizar-se pela execução de atividades e tarefas gerais relacionadas ao bom funcionamento da unidade escolar.

## SEÇÃO ÚNICA DA LANCHONETE

**Art. 39** - A entrada de pessoas de outros setores nas dependências da lanchonete só será permitida com autorização da unidade escolar e com o uso de touca prendendo os cabelos.

**Art. 40** - Compete aos funcionários responsáveis pelos serviços da lanchonete:

- I. Servir a merenda escolar com presteza e atenção, dentro dos padrões de zelo, higiene e gentileza;
- II. Zelar pela ordem e limpeza de todo o material da lanchonete, incluindo a higiene total com os gêneros alimentícios;
- III. Participar dos eventos e solenidades promovidos pela unidade escolar;
- IV. Fazer limpeza geral na cozinha sempre que necessário ou quando solicitado;
- VI. Tratar com gentileza e presteza todos os alunos e funcionários;
- VII. Auxiliar na orientação dos alunos no que diz respeito à alimentação saudável, aos hábitos de higiene e ao comportamento durante o lanche.
- XII. Receber e conferir a entrega dos gêneros alimentícios, observando a validade dos mesmos e acondicioná-los de forma correta;
- XIII. Controlar a entrada de pessoas de outros setores na cozinha;

## TÍTULO IV DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

### CAPÍTULO I DO SUPERVISOR e COORDENADOR PEDAGÓGICO

**Art. 41** – São atribuições do supervisor pedagógico e coordenador pedagógico:

- I - Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola tendo em vista as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola:
  - a) Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola;
  - b) Delinear, com os professores, o Projeto Político-Pedagógico da Escola, explicitando seus componentes de acordo com a realidade;
  - c) Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;
  - d) Assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos e recursos didáticos mais adequados à consecução dos objetivos curriculares;
  - e) Promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino;
  - f) Participar da elaboração do calendário escolar;
  - g) Articular os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atividades específicas;
  - h) Avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vista à reorientação de sua dinâmica (avaliações externas e internas);
  - i) Participar, com o corpo docente, do processo de avaliação externa e da análise de seus resultados;
  - j) Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;
  - k) Auxiliar a Direção Escolar a garantir durante o ano em curso, a intervenção pedagógica, para atendimento dos alunos, que ainda apresentam defasagens de aprendizagens;



I) Orientar e monitorar o preenchimento dos diários escolares.

II - Coordenar os processos de aperfeiçoamento dos professores da escola:

- a) Orientar e analisar os resultados da avaliação sistêmica feita juntamente com os professores e identificar as necessidades dos mesmos;
- b) Realizar a avaliação do desempenho pedagógico dos professores, identificando as necessidades individuais de treinamento e aperfeiçoamento;
- c) Efetuar o levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes da escola;
- d) Manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas visando sua participação nas atividades de capacitação da escola;
- e) Analisar os resultados obtidos com as atividades de capacitação dos docentes, na melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem;
- f) Gerenciar o cumprimento e registro pelo professor das ações estabelecidas para as atividades extraclasse.

III - Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo:

- a) Identificar, junto com os professores, as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- b) Orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas, em nível pedagógico;
- c) Encaminhar, a instituições especializadas, os alunos com dificuldades que requeiram um atendimento terapêutico; orientar e acompanhar os professores na implementação do PDI para os alunos da Educação Especial.
- d) Promover a integração do aluno no mundo do trabalho, através da informação profissional e a discussão de questões relativas aos interesses profissionais dos alunos e à configuração do trabalho na realidade social;
- e) Envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola;
- f) Analisar, com a família, os resultados do aproveitamento do aluno, orientando-o, se necessário, para a obtenção de melhores resultados;
- g) Oferecer apoio às instituições escolares discentes, estimulando a vivência da prática democrática dentro da escola.

**Parágrafo único.** É papel específico do pedagogo (Supervisor Pedagógico e Coordenador pedagógico) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de área, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

## CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE

**Art. 42** - O corpo docente é constituído por professores, admitidos pela direção;

**Art. 43** - Compete ao professor regente:

- I - respeitar deveres oriundos do regimento escolar;
- II - planejar adequadamente seu trabalho junto aos alunos no que se refere a objeto, conteúdo, técnicas, linha pedagógica e proposta pedagógica;
- III - zelar pelo bom nome da escola dentro e fora dela e ser pontual no cumprimento do horário escolar;
- IV - manter permanente contato com pais de alunos juntamente com a direção;
- V - participar de atividades cívicas, culturais e educativas;
- VI - participar da elaboração do projeto pedagógico;
- VII - elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins;

- VIII - participar das reuniões pedagógicas;
- IX - conhecer e respeitar as leis constitucionais e as normas da escola;
- X - manter em dia a escrituração escolar nos diários de classe retratando fielmente as ocorrências e/ou informações prestadas aos pais à coordenação e direção;
- XI - avisar, com antecedência, a coordenação escolar, quando não puder cumprir seu horário de trabalho;
- XII - evitar atrasos. caso isto aconteça por mais de (15) minutos, o professor sofrerá o desconto da respectiva hora-aula e não deverá entrar em sala naquele horário;
- XIII - apresentar-se convenientemente trajado;
- XIV - levar o material didático necessário ao dirigir-se para a sala de aula, evitando abandonar a turma ou mandar aluno buscar material na sala dos professores;
- XV - ter domínio do conteúdo que ensina e buscar aperfeiçoá-lo de modo a inteirar-se dos avanços mais recentes na sua área de atuação;
- XVI - perceber a necessidade de estar sempre atualizado com relação às questões pedagógicas referentes ao processo ensino/aprendizagem;
- XVII - buscar métodos que lhe permitam ampliar o conteúdo de suas aulas, aumentando o interesse dos alunos;
- XVIII- estar disposto a participar de grupos de estudos em que serão aperfeiçoados e ampliados os conhecimentos, o que contribuirá significativamente para o crescimento como pessoa e profissional;
- XIX - estar disposto a participar e colaborar na criação de atividades especiais, curriculares ou não;
- XX - preocupar-se, não só em ensinar os conteúdos pertinentes à sua disciplina, mas fundamentalmente com a formação do aluno como um verdadeiro cidadão;
- XXI- Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da Instituição.
- XXII- Zelar pela aprendizagem dos alunos,
- XXIII- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento,
- XXIV- Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- XXV- Colaborar com as atividades de articulação da Instituição com as famílias e a comunidade.
- XXVI - Elaborar e implementar o PDI para o aluno da Educação Especial com acompanhamento do EEB.

**Art. 44** - É vedado ao professor

- I - Fazer qualquer tipo de campanha com a finalidade de arrecadar donativos ou contribuições, sem a prévia autorização da direção;
- II- Ministrar ou indicar professores de aulas particulares para alunos da escola;
- III - Atender, durante as aulas, as pessoas estranha, bem como a telefonemas; nos casos de urgência, o recado será notado e transmitido ao professor;
- IV - Usar nota, falta ou avaliação como fator punitivo.
- V – Tocar ou agredir física e verbalmente qualquer aluno (a), falta gravíssima, sujeita a rescisão de contrato imediatamente por justa causa.
- VI – Usar celular, tablets ou outros aparelhos eletrônicos em benefício próprio,
- VII - Ocupar-se, durante as aulas, de assuntos estranhos às atividades escolares;
- VIII - Retirar da escola, a qualquer pretexto, os diários de classe;
- IX - Fumar em sala de aula ou qualquer outra dependência da escola;
- X - Aplicar penalidades aos alunos, exceto advertência oral;
- XI - Efetuar operações comerciais de qualquer tipo dentro da escola;
- XII - Entrar com atraso na classe ou dela sair antes de terminar a aula;
- XIII - Dispensar os alunos antes do término da aula;
- XIV - Ferir a sensibilidade dos alunos no que diz respeito às suas convicções religiosas e políticas, nacionalidade e cor, sua capacidade intelectual e condição social;



XV- Falar em nome da Escola, em qualquer oportunidade, sem que para isso esteja credenciado.

1 - São direitos profissionais específicos do pessoal docente:

- a) Direito de participação no processo educativo;
- b) Direito à formação e informação para o exercício da função educativa;
- c) Direito ao apoio técnico, material e documental;
- d) Direito à segurança na atividade profissional;
- e) Direito à negociação coletiva.

**Art. 45** – Ao professor é vedado:

I – Imposição de castigo físico ou humilhante ao aluno,

II – AGRESSÃO FÍSICA (gravíssimo), PODENDO SER RETIRADO A QUALQUER MOMENTO DO CONVÍVIO ESCOLAR;

III – Aplicar aos alunos penalidades que não sejam de sua competência;

IV – A prática de qualquer forma de discriminação.

1 - Decorrendo da natureza da função exercida, cujo desempenho deve orientar-se para níveis de excelência, são deveres profissionais específicos do pessoal docente:

- a) Contribuir para a formação e realização integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;
- b) Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
- c) Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;
- d) Participar na organização e assegurar a realização das atividades educativas;
- e) Gerir o processo de ensino-aprendizagem, no âmbito dos programas definidos, procurando adoptar mecanismos de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
- f) Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias;
- g) Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e coletivamente;
- h) Enriquecer e partilhar os recursos educativos, bem como utilizar novos meios de ensino que lhe sejam propostos, numa perspectiva de abertura à inovação e de reforço da qualidade da educação e ensino;
- i) Corresponsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos e propor medidas de melhoramento e renovação;
- j) Atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional;
- k) Empenhar-se nas e concluir as ações de formação em que participar;
- l) Cooperar no processo educativo nos casos de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais.

2 – Não usar celular, tablets, notebook, ou demais equipamentos dentro do horário de aula em benefício próprio

3- Vender mercadorias no estabelecimento escolar para alunos ou funcionários.

## SEÇÃO I DOS DIREITOS DO CORPO DOCENTE

**Art. 46** – São direitos dos professores, além dos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

- I – utilizar os recursos disponíveis do Colégio para atingir objetivos educacionais;
- II – valer-se de métodos e técnicas pedagógicas para obter um bom rendimento de seus alunos;
- III – solicitar e participar de capacitações e de orientações didático-pedagógicas.

## SEÇÃO II DOS DEVERES DO CORPO DOCENTE

**Art. 47** – São deveres dos professores:

- I – Comparecer ao estabelecimento com antecedência mínima necessária em relação ao horário estipulado para o início do seu período de trabalho, e ministrar as aulas respeitando o horário fixado;
- II – Comparecer às solenidades, reuniões e eventos para os quais tenha sido convocado;
- III – Acatar as determinações da Direção do Colégio;
- IV – Colaborar na formação integral dos alunos, dando-lhes exemplo de responsabilidade cívica, social, moral e no cumprimento de deveres, mantendo com os colegas e demais funcionários espírito de colaboração e fraternidade;
- V – Escriturar e manter atualizados os registros escolares de sua competência, em documentos próprios e a eles destinados, com especial atenção ao (s) Diário (s) de Classe;
- VI – Estar sempre atento à frequência dos seus alunos, mantendo o registro em dia,
- VII – Enviar à Secretaria da Unidade Escolar, no prazo estipulado pela Direção, as notas de aproveitamento dos alunos, com base nas avaliações aplicadas, e o registro de sua frequência;
- VIII – Participar construtivamente da elaboração do Projeto Pedagógico do Colégio;
- IX – Elaborar e executar a programação referente à regência de classe/aulas e atividades afins, inclusive para recuperação de alunos;
- X – Acompanhar o processo de desenvolvimento do aluno, através da garantia da efetiva aprendizagem;
- XI – Assistir os alunos sempre que necessário, através de recuperações contínuas e paralelas;
- XII – Promover atividades que visem o desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural dos alunos, numa progressão de aprofundamento e aprimoramento do conhecimento;
- XIII – Participar do (s) Conselho (s) de Ano e/ou de Classe, pertinente (s);
- XIV – Participar das reuniões de pais, respectivas à (s) classe (s) em que atua;
- XV – Manter a Coordenação Pedagógica e os pais de alunos (ou seus responsáveis) informados sobre o desenvolvimento, nível de aprendizagem, assiduidade e responsabilidade destes em relação aos estudos e sua participação social;
- XVI – Responsabilizar-se pela manutenção da disciplina da classe e colaborar ativamente com a disciplina e a ordem do Colégio, mesmo quando fora de sua atividade docente;
- XVII - Responsabilizar-se pela utilização, manutenção e conservação de equipamentos e instrumentos em uso em laboratórios e outros ambientes;
- XVIII – Manter o Plano de Ensino atualizado e adequado à realidade dos alunos, avaliando constantemente o trabalho executado;
- XIX – Manter os alunos e seus pais, ou responsáveis, informados sobre as avaliações de aproveitamento realizadas;
- XX – Participar e colaborar nas atividades curriculares do Colégio, afetas ao seu trabalho;
- XXI – Colaborar com a Direção do Colégio na defesa dos interesses da instituição, garantindo e promovendo o aumento da sua eficiência em todos os setores de atividade;

### SEÇÃO III DAS PROIBIÇÕES AO CORPO DOCENTE

**Art. 48** – É vedado ao professor:

- I** – ferir a susceptibilidade do aluno, no que diz respeito às suas convicções religiosas e políticas, condições sociais e econômicas, nacionalidade, cor, raça e capacidade intelectual;
- II** – tratar de assuntos estranhos ao Plano de Ensino e ao Projeto Pedagógico do Colégio, em aula;
- III** – propagar ideologias e doutrinas contrárias a filosofia da escola;
- IV** – suspender aulas ou dispensar alunos antes do término da aula, sob qualquer pretexto;
- V** – aplicar penalidade aos alunos;
- VI** – faltar com respeito, através de palavras, gestos ou atitudes, aos alunos, pais ou responsáveis e aos profissionais que trabalham no Colégio;
- VII** – falar, escrever ou publicar artigos em nome da escola, em qualquer oportunidade, sem autorização do Mantenedor do Colégio e/ou Diretor da Unidade;
- VIII** – exercer atividade comercial no recinto da escola;
- IX** – chegar atrasado às aulas;
- X** – faltar às reuniões pedagógicas, de pais, ou outras definidas em calendário;
- XI** – fumar nas dependências da escola onde haja alunos.
- XII** – Usar celular em sala de aula para fins particulares.

### CAPÍTULO III DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

#### SEÇÃO I DA BIBLIOTECA ESCOLAR

**Art. 49** - A biblioteca terá a finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas.

**Art. 50** – A Biblioteca da escola atende a alunos, professores e funcionários, de acordo com as especificidades de cada segmento, sob a responsabilidade de um (a) Coordenador (a) ou um (a) bibliotecário (a) e demais funcionários do setor, no desenvolvimento de suas atividades literárias e culturais.

**Art. 51** – Na biblioteca organizará, durante o ano letivo, momentos sistemáticos de atividades literárias e culturais, por meio das diversas manifestações culturais das linguagens das diversas ciências.

#### SEÇÃO II DA BIBLIOTECÁRIA ESCOLAR

**Art. 52** - Deveres da Bibliotecária:

- I.** Receber, fazer registro e cadastrar livros, folhetos, revistas, periódicas e outros;
- II.** Controlar o fichário de requisição bibliográfica, acompanhando o seu andamento;
- III.** Preparar o acervo bibliográfico a ser colocado à disposição dos alunos e professores;
- IV.** Atender aos usuários da biblioteca, informando-os sobre o uso de acervo bibliográfico e disposição dos mesmos nas estantes;
- V.** Prestar informações a respeito do acervo da biblioteca da unidade escolar;
- VI.** Retirar e recolocar o acervo bibliográfico nas estantes;

- VII. Distribuir os livros, folhetos ou periódicos e outras publicações aos alunos ou outros interessados;
- VIII. Estipular o prazo do empréstimo dos livros e outras publicações, através de controle em fichário próprio;
- IX. Zelar pela conservação do acervo bibliográfico e demais pertencentes da biblioteca;
- X. Receber, ordenar e controlar correspondências;
- XI. Manter em dia e em ordem os arquivos da biblioteca;
- XII. Fornecer os elementos para relatórios dos dados referentes à biblioteca, relativos à catalogação, classificação, movimentação, etc; e
- XIII. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

**Art. 53 - Compete à Bibliotecária:**

- I. Reunir periodicamente com os professores para definir as atividades articuladoras que poderão acontecer na Biblioteca Escolar;
- II. Apropriar do “acervo” da biblioteca da sua escola assim como participar do processo de seleção de obras;
- III. Apropriar-se das técnicas de gerenciamento e administração da Biblioteca Escolar.
- IV. Promover boas práticas e intercâmbio entre escolas para troca de experiência.
- V. Proporcionar às estudantes oportunidades para que tomem conhecimento da organização dos materiais na biblioteca e aprendam a seguir rotinas de empréstimo.
- VI. Orientar os professores para que estimulem os estudantes a tirarem o máximo de aproveitamento da Biblioteca Escolar.
- VII. Zelar para que o ambiente físico da Biblioteca Escolar seja um lugar agradável, convidativo, informal e de fácil acesso aos seus usuários.
- VIII. Dispor os livros e jogos pedagógicos para atividades lúdicas, em estantes, de forma a permitir aos estudantes e professores fácil manuseio.
- IX. Construir na Biblioteca, se possível, um cantinho descontraído com tapetes (simples e lavável), almofada, cestos com livros, para ser utilizado pelos estudantes.
- X. Utilizar cartazes, folders, orientando sobre a maneira correta de se utilizar os livros e outros materiais da Biblioteca Escolar, fazendo assim conhecer suas normas.
- XI. Elaborar um mural, com recortes interessantes e recados informativos para os estudantes.
- XII. Elaborar, com a participação da Direção da escola, especialistas, professores e estudantes, o regimento interno com as normas de funcionamento da Biblioteca Escolar.
- XIII. Registrar, classificar e catalogar os livros e o material da biblioteca Escolar, para facilitar o seu uso.
- XIV. Incentivar o empréstimo e a consulta dos materiais da Biblioteca Escolar.
- XV. Participar de reuniões pedagógicas da escola com os Especialistas e professores, para discutir e planejar ações a serem desenvolvidas em coparticipação com a Biblioteca Escolar.
- XVI. Promover e participar dos projetos de incentivo à leitura da escola como Clube de leitura, intercâmbio de leitores, encontro com autores, escritores, jovens escritores (coletivos e individuais), piquenique literário, quiosque de leitura;
- XVII. Planejar e organizar atividades para serem realizadas na Biblioteca, interligando-as com aquelas desenvolvidas em sala de aula.
- XVIII. Organizar as atividades de leitura, a serem desenvolvidas com todas as turmas, tendo como prioridade “formar leitores” uma vez que o ato de ler é uma prática pedagógica que deve permear todas os componentes curriculares.
- XIX. Divulgar, por meio de convites, cartazes, reuniões e etc., as novas aquisições do acervo da Biblioteca.

**Art. 54 – Não é permitido:**

- I – discriminação às convicções religiosas e políticas, condições sociais e econômicas, nacionalidade, cor, raça e capacidade intelectual;
- II – abordar assuntos estranhos ao Plano de Ensino e ao Projeto Pedagógico do Colégio;
- III – divulgar ideologias e doutrinas contrárias a filosofia da escola;

- IV** – suspender aulas ou dispensar alunos antes do término da aula, sob qualquer pretexto;
- V** – aplicar penalidade aos alunos;
- VI** – faltar com respeito, através de palavras, gestos ou atitudes, aos alunos, pais ou responsáveis e aos profissionais que trabalham no Colégio;
- VII** – falar, escrever ou publicar artigos em nome da escola, em qualquer oportunidade, sem autorização do Mantenedor do Colégio e/ou Diretor da Unidade;
- VIII** – exercer atividade comercial no recinto da escola;
- IX** – chegar atrasado às aulas;
- X** – faltar às reuniões pedagógicas, de pais, ou outras definidas em calendário;
- XI** – fumar nas dependências da escola onde haja alunos.
- XII** – Usar celular em sala de aula para fins particulares.

## **SEÇÃO II**

### **DO LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS, QUÍMICA, FÍSICA E BIOLOGIA**

**Art. 55** - O laboratório de Ciências, Química, Física e Biologia terá por finalidade, fornecer ao educando os elementos necessários para a realização de experiências e pesquisas científicas em ambiente adequado.

**Art. 56** – Os laboratórios constituem – se em salas ambientes, tendo por objetivo fornecer ao aluno condições de experimentar e ampliar seu conhecimento

**§ 1º** - As atividades realizadas em laboratório ficarão sob a responsabilidade do professor, nos termos de regulamentos específicos.

**§ 2º** - Os regulamentos serão elaborados pelo professor e pedagogo da escola e aprovado pela direção escolar.

## **SEÇÃO III**

### **DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**

**Art. 57** - A Informática Educativa terá como finalidade inserir na escola uma nova visão do mundo, procurando a reconstrução do conhecimento diante das transformações sociais e face à globalização e inovações tecnocientíficas.

**Art. 58** - São espaços nos quais a tecnologia é utilizada como instrumento de apoio às áreas do conhecimento e seus componentes curriculares, bem como a preparação dos alunos para uma sociedade informatizada não circunscrita ao equipamento como apenas uma ferramenta. O computador deve estar inserido em atividades essenciais.

**§ 1º** - A Informática na escola passa a ser parte da resposta a questões ligadas à cidadania, buscando a compreensão do conhecimento como um todo integrado, a construção de um cosmo visão que permite a percepção totalizante da realidade.

**§ 2º** - O objetivo é que o aluno aprenda utilizando as tecnologias como ferramentas que o apoiem no processo de reflexão e de construção do conhecimento, como estratégia cognitiva de aprendizagem.

**Art. 59** – O Laboratório de informação poderá ser utilizado sempre que for necessário para aplicação de provas objetivas utilizando os dispositivos existentes.

#### **CAPÍTULO IV DO CONSELHO DE CLASSE**

**Art. 60** - O Conselho de Classe deverá ser o elemento de socialização para discutir coletivamente a avaliação dos alunos.

**Parágrafo único.** O Conselho de Classe será responsável pela avaliação coletiva, além das individuais, que serão feitas pelo professor e terá por objetivo servir de fórum de discussão para definir:

- I.** objetivos a serem alcançados no ciclo/ano de escolaridade;
- II.** metodologia e estratégias de ensino;
- III.** projetos coletivos de ensino e atividades;
- IV.** formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso no ciclo/ano de escolaridade;
- V.** critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao longo e ao final do ciclo/ano de escolaridade;
- VI.** elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer do ciclo/ano de escolaridade e para informação aos pais;
- VII.** formas de relacionamento com a família;
- VIII.** proposta curricular em função dos interesses e necessidades do aluno;
- IX.** adaptações curriculares para alunos com necessidades educativas especiais.

**Art. 61** - O Conselho de Classe deverá:

- I.** avaliar o desempenho de cada aluno nas atividades escolares ao longo do ano;
- II.** recomendar Projetos de Ensino e Orientações quanto ao planejamento do trabalho para o ano seguinte;
- III.** levar em conta o desempenho global do aluno, considerando os princípios da continuidade da aprendizagem e da interdisciplinaridade para fins de promoção e/ou progressão parcial dos alunos no Ensino Fundamental e Médio;

**Art. 62** - O Conselho de Classe será constituído por todos os professores do ano de escolaridade/ciclo, diretor e especialista em educação.

**Parágrafo único.** Sempre que julgar necessário, o Conselho de Classe poderá convidar pais e alunos para participarem de suas reuniões.

**Art. 63**- A escola deverá assegurar ao Conselho de Classe as condições mínimas para o seu funcionamento.

**Art. 64** - A organização dos horários de realização das reuniões deverá ser feita de modo a permitir que todos os seus membros participem, em especial os professores, considerando-se que não existe professor dispensável no processo de avaliação coletiva do aluno e do trabalho pedagógico da escola.

**Art. 65** - Os professores deverão reunir-se na escola, no mínimo, trimestralmente, para avaliação coletiva do trabalho pedagógico em cada ano de escolaridade.

#### **TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR**



## **CAPÍTULO I**

### **DO PESSOAL A SERVIÇO DA ESCOLA**

**Art. 66** - O pessoal a serviço da escola será constituído de docentes, pedagogos, pessoal dos serviços técnico, administrativos e serviços gerais.

**Art. 67** - A admissão de pessoal a serviço da escola ficará sujeita a exigências legais vigentes.

**Art. 68** - Os direitos, deveres e penalidades do pessoal a serviço da escola obedecerão às normas legais vigentes.

**Art. 69** - Além do previsto nas legislações pertinentes, constituem ainda direitos do pessoal a serviço da escola:

- I. Participar do conselho de classe da escola;
- II. Ser tratado com urbanidade e respeito por todo o pessoal da escola;

**Art. 70** - Constituem ainda deveres do pessoal a serviço da escola, além dos assegurados pela legislação pertinente:

- I. Assinar o ponto diariamente;
- II. Ser assíduo e pontual no desempenho de suas funções;
- III. Tratar todos com urbanidade e respeito;
- IV. Agir com discrição;
- V. Zelar pelo bom nome da escola dentro e fora dela;
- VI. Zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
- VII. Acatar as determinações emanadas da direção da escola;
- VIII. Colaborar nas festas e solenidades promovidas pela escola;
- IX. Comparecer às atividades do planejamento de ensino dentro da programação escolar;
- X. Comparecer às atividades escolares com a pontualidade necessária ao desenvolvimento do trabalho;
- XI. Participar de reuniões e comissões para as quais tenha sido convocado;
- XII. Respeitar a hierarquia administrativa e pedagógica, em suas atitudes, atividades e reivindicações;
- XIII. Zelar pelo patrimônio da escola, particularmente de sua área de atuação, preocupando-se pela conservação de bens e pelo bom uso de material colocado à sua disposição;
- XIV. Guardar sigilo sobre assuntos reservados que envolvem ou possam envolver pessoas e autoridades nos planos administrativos e pedagógicos;
- XV. Contribuir na implementação de ações de intervenção pedagógica;
- XVI. Cooperar com os superiores imediatos na solução de problemas da administração da escola;
- XVII. Desenvolver o espírito de cooperação e solidariedade integrando-se na vida da escola e da comunidade.

**Art. 71** - Ao pessoal a serviço da escola será vedado, respeitada a natureza de cada cargo ou função:

- I. Usar linguagem inadequada em suas atividades de ensino e no convívio escolar;
- II. Reter os alunos em atividades no horário destinado à merenda;
- III. Aplicar castigo corporal ou desmoralizante a qualquer aluno;
- IV. Exigir do aluno esforço físico ou mental incompatível com sua aptidão;
- V. Suspender o aluno de aula ou colocá-lo fora de sala;
- VI. Alterar qualquer resultado da avaliação, após a entrega do mesmo ou ressalvado pelo professor;
- VII. Usar de discriminação entre os alunos;
- VIII. Usar trajés inadequados ao ambiente escolar;

**IX.** Utilizar celular durante as reuniões e no horário das aulas, exceto para fins pedagógicos.

**Parágrafo único.** Será proibido fumar nas dependências da escola.

**Art. 72** - As proibições e penalidades a serem aplicadas serão as dispostas nas legislações vigentes.

**§ 1º** - A escola notificará ao Conselho Tutelar da localidade e às demais autoridades competentes os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra aluno, ocorridos dentro ou fora da circunscrição da escola, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

**§ 2º** - A notificação será sigilosa, vedadas a consulta, a extração de cópias e a informação a terceiros.

**Art. 73** – Em caso de violência contra profissional da educação ocorrido no âmbito de escola pública estadual, serão adotadas as medidas e os procedimentos previstos nesta lei.

**Art. 74** – Para os efeitos desta lei, considera-se violência contra o servidor profissional da educação qualquer ação ou omissão decorrente, direta ou indiretamente, do exercício de sua profissão, que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, dano psicológico ou psiquiátrico, incluída a ameaça a sua integridade física ou patrimonial.

**Art. 75** – Para fins de prevenção e combate à violência nas escolas, serão adotadas as seguintes medidas:

I – realização de seminários e debates anuais nas escolas sobre o tema da violência no ambiente escolar, com a participação de alunos e funcionários da escola e da comunidade;

II – realização de seminários e palestras informando os procedimentos a serem adotados em caso de violência ou ameaça de violência no ambiente escolar, contando com o envolvimento dos servidores das escolas e das superintendências regionais de ensino;

III – inclusão dos temas da violência no ambiente escolar e da cultura da paz no currículo e no projeto político-pedagógico da escola;

IV – criação de equipe multidisciplinar nas superintendências regionais de ensino para mediação de conflitos no âmbito das escolas estaduais e acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar;

V – promoção de formação para os agentes públicos que serão responsáveis pelos procedimentos definidos nesta lei e para a equipe multidisciplinar a que se refere o inciso IV;

VI – criação e manutenção de protocolo on-line para registro de ameaça ou agressão física ou verbal, com fácil acesso e uso e com ampla divulgação, nas escolas e nas superintendências regionais de ensino;

VII – outras medidas voltadas para a redução ou a eliminação da violência no ambiente escolar.

**Art. 76** – Na hipótese de prática de violência física contra o servidor, sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, adotará as seguintes providências:

I – acionar imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de boletim de ocorrência;

II – até três Horas após a agressão:

a) encaminhará o servidor agredido ao atendimento de saúde;

b) acompanhará o servidor agredido ao estabelecimento de ensino, se necessário, para a retirada de seus pertences;

c) no caso de violência praticada por aluno menor de dezoito anos, comunicará o fato ocorrido aos pais ou ao responsável legal do agressor e acionará o Conselho Tutelar, observado o disposto na Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009, e o Ministério Público;

d) comunicará oficialmente, por escrito, à superintendência regional de ensino a agressão ocorrida;

e) informará ao servidor os direitos a ele conferidos por esta lei, em especial sobre o protocolo on-line a que se refere o inciso VI do art. 3º;

III – até trinta e seis horas após a agressão:



- a) procederá ao registro em ata do ocorrido, contendo o relato do servidor agredido;
- b) dará ciência à equipe multidisciplinar da superintendência regional de ensino para que esta promova o acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar;
- c) adotará as medidas necessárias para garantir o afastamento do servidor vítima de agressão do convívio com o agressor no ambiente escolar, possibilitando ao servidor, conforme o caso, o direito de mudar de turno ou de local de trabalho ou de se afastar de suas atividades, assegurada a percepção total de sua remuneração, observada a legislação pertinente;
- d) dará início aos procedimentos necessários para a caracterização de acidente de trabalho.

Parágrafo único – Caso o prazo previsto para o atendimento do disposto na alínea “c” do inciso III do caput não possa ser cumprido em razão de licença para tratamento de saúde da vítima, o direito de mudar de turno ou de local de trabalho será assegurado ao servidor imediatamente após o regresso às atividades.

**Art. 77** – Na hipótese de violência verbal ou ameaça contra o servidor, sua chefia imediata adotará as medidas cabíveis para assegurar a integridade física e mental do servidor e, no que couber, as providências previstas no inciso I, nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II e “a”, “b” e “c” do inciso III do art. 4º, observados os prazos estabelecidos nesse artigo para essas providências.

**Art. 78** – Compete à chefia imediata do servidor requerer aos órgãos competentes a caracterização de acidente de trabalho nos casos de agressão sofrida por servidor no ambiente escolar, mediante encaminhamento da seguinte documentação, no prazo obrigatório de oito dias úteis a contar da ocorrência:

- I – declaração preenchida em formulário próprio;
- II – fotocópia da ata a que se refere a alínea “a” do inciso III do art. 4º desta lei;
- III – fotocópia legível do boletim de ocorrência policial.

**Art. 79** – Em caso de incapacidade para o trabalho, será agendada avaliação pericial para o servidor agredido.

**Art. 80** – A inobservância das normas contidas nesta lei implicará responsabilidade administrativa para o infrator e para quem, direta ou indiretamente, tenha dado origem ao ato de omissão e perda do prazo legal, nos termos da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das medidas penais e civis cabíveis.

## CAPÍTULO II DO PESSOAL DISCENTE

**Art. 81** - O pessoal discente do Colégio, compreenderá todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio.

**Art. 82** - Os direitos, deveres, proibições e sanções atribuídos aos alunos são os constantes deste Regimento.

**Art. 83** - São direitos do aluno, respeitados os níveis de escolaridade:

- I – Participar de ação educativa inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana;
- II – Conhecer o presente Regimento, solicitando, sempre que necessário, informações sobre o mesmo;
- III – Ser informado, no início das atividades do Sistema de Avaliação adotado pelo Colégio;
- IV – Solicitar esclarecimento, oralmente ou por escrito, sobre o resultado da avaliação dentro do prazo estabelecido pelo Colégio;
- V – Ser respeitado em sua individualidade;
- VI – Participar das atividades curriculares;
- VII – Justificar faltas, dentro do prazo estabelecido;

VIII – Participar da avaliação global do Colégio;

IX - manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;

X - realizar as tarefas escolares definidas pelos docentes;

XI - atender às determinações dos diversos setores do estabelecimento de ensino, nos respectivos âmbitos de competência;

XII - participar de todas as atividades curriculares programadas e desenvolvidas pelo estabelecimento de ensino;

XIII - comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;

XIV - cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações e mobiliário escolares;

**Art. 84** - São deveres do aluno, respeitados os níveis de escolaridade:

I - compensar, junto com os pais, os prejuízos que vier a causar ao patrimônio da escola, quando comprovada a sua autoria;

II. cumprir as ações disciplinares do estabelecimento de ensino;

III. providenciar e dispor, sempre que possível, do material solicitado e necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;

IV. tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários e colegas;

V. comunicar aos pais ou responsáveis sobre reuniões, convocações e avisos gerais, sempre que lhe for solicitado;

VI. comparecer pontualmente a aulas e demais atividades escolares;

VII. manter-se em sala durante o período das aulas;

VIII. apresentar os trabalhos e tarefas nas datas previstas;

IX. comunicar qualquer irregularidade de que tiver conhecimento ao setor competente;

X. apresentar justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, para poder entrar após o horário de início das aulas;

XI. apresentar atestado médico e/ou justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, em caso de falta às aulas/provas;

XII. responsabilizar-se pelo zelo e devolução dos livros didáticos recebidos e os pertencentes à biblioteca escolar;

XIII. observar os critérios estabelecidos na organização do horário semanal, deslocando-se para as atividades e locais determinados, dentro do prazo estabelecido para o seu deslocamento;

XIV. respeitar o professor em sala de aula, observando as normas e critérios estabelecidos;

XV. cumprir as disposições do Regimento Escolar no que lhe couber.

**Art. 85** - Ao aluno é vedado:

I. tomar atitudes que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento das atividades escolares;

II. ocupar-se, durante o período de aula, de atividades contrárias ao processo pedagógico;

III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

IV. trazer para o estabelecimento de ensino material de natureza estranha ao estudo;

V. ausentar-se do estabelecimento de ensino sem prévia autorização do órgão competente;

VI. receber, durante o período de aula, sem a prévia autorização do órgão competente, pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino;

VII. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários do estabelecimento de ensino;

VIII. expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

IX. entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia autorização do respectivo professor;

X. consumir ou manusear qualquer tipo de drogas nas dependências do estabelecimento de ensino;

- XI. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino;
- XII. comparecer às aulas embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- XIII. utilizar-se de aparelhos eletrônicos, na sala de aula, que não estejam vinculados ao processo ensino e aprendizagem;
- XIV. danificar os bens patrimoniais do estabelecimento de ensino ou pertences de seus colegas, funcionários e professores;
- XV. portar armas brancas ou de fogo e/ou instrumentos que possam colocar em risco a segurança das pessoas;
- XVI. portar material que represente perigo para sua integridade moral, física ou de outrem;
- XVII. divulgar, por qualquer meio de publicidade, ações que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;
- XVIII. promover excursões, jogos, coletas, rifas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, no ambiente escolar, sem a prévia autorização da direção.
- XIX - Rasurar boletins ou outros documentos referentes à sua vida escolar, falsificar documento onde deveria constar assinatura do responsável ;

**Art. 86** - Ao aluno é expressamente proibido:

- I - Entrar em classe ou dela sair sem autorização do professor;
- II - Ausentar-se da escola antes do término das aulas, ou nelas entrar após o seu início, sem autorização da Coordenadora;
- III - Ocupar-se, durante as aulas, com trabalhos a elas estranhos;
- IV - Promover, sem autorização da Diretoria, coletas, subscrições, sorteios, bailes, competições esportivas, dentro da escola ou em seu nome;
- V - Representar a escola em qualquer atividade externa sem a devida indicação da Diretoria da unidade;
- VI - Queimar qualquer tipo de fogos de artifício, em qualquer época do ano e a qualquer pretexto, dentro da escola ou nas suas imediações;
- VII - Portar armas ou objetos perigosos, não relacionados ou apropriados aos trabalhos escolares; Proibido usar estiletes.
- VIII - Fumar cigarros de qualquer espécie nos recintos da escola, em dias de aula (Lei nº 9760/97) ou portar ou utilizar qualquer substância nociva à saúde;
- IX - Impedir a entrada de alunos às aulas ou incitá-los a ausências coletivas.
- X – Utilizar celular ou qualquer outro aparelho eletrônico dentro da sala de aula, salvo, quando sob orientação do professor, for utilizado tablets, aparelho de som ou outro aparelho.
- XI – Trazer para o Colégio aparelhos celulares ou objetos de valor, pois se os mesmos forem perdidos a escola não se responsabilizará. O aluno que não acatar esta exigência, terá seu aparelho celular retido pelo professor, o qual somente será devolvido para o responsável pessoalmente. É vedado ao professor suspender o aluno de aula.
- XII – Rasurar boletins ou outros documentos referentes à sua vida escolar;
- XIII – Usar, sem a devida autorização, o nome da Instituição para qualquer tipo de propaganda ou promoção;
- XIV – Praticar ato ofensivo à moral e aos costumes vigentes bem como atentatórios à saúde individual e pública, no âmbito de responsabilidade da Instituição.
- XV – Resolver as questões de desentendimento com os colegas através de agressão física. A escola poderá adotar medidas rigorosas mediante Ocorrências junto aos Órgãos Responsáveis. Não será permitido contato físico entre casais de namorados.
- XVI – É proibido ameaçar colegas, funcionários e/ou qualquer pessoa dentro do Estabelecimento Escolar e suas mediações.

- XVII – Deixar de transmitir aos pais ou responsáveis as comunicações do Colégio;  
XVIII – Ter ou manter qualquer tipo de contato físico (relacionamentos) com outro colega independente do sexo. É expressamente proibido namoros e/ou contato físico dentro ou nas mediações da escola.  
XIX - discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários do estabelecimento de ensino;  
XX – realizar a prática de bullying no ambiente escolar e/ou fora dela, assim como cyberbullying.

**Art. 87** - Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional.

**§ 1º** No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

**§ 2º** O Programa instituído no caput poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

**Art. 88** - Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I - ataques físicos;
- II - insultos pessoais;
- III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;
- IV - ameaças por quaisquer meios;
- V - grafites depreciativos;
- VI - expressões preconceituosas;
- VII - isolamento social consciente e premeditado;
- VIII - pilhérias.

**Parágrafo único.** Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (cyberbullying), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

**Art. 89** - A intimidação sistemática (bullying) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

- I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;
- III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;
- IV - social: ignorar, isolar e excluir;
- V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
- VI - físico: socar, chutar, bater;
- VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

**Art. 90** - O aluno que deixar de cumprir ou transgredir de alguma forma as disposições contidas no Regimento Escolar ficará sujeito às seguintes ações:

- I. orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, equipe pedagógica e direção;
- II. registro dos fatos ocorridos envolvendo o aluno, com assinatura;
- III. receber carimbos para comunicar por escrito aos pais a ausência dos deveres cumpridos, dois carimbos consecutivos na mesma disciplina a família será comunicada por telefone, caso

o aluno em questão ainda continua sem fazer os seus deveres escolares, será direcionada a uma sala no intervalo para assim o fazerem (mediante autorização do responsável)

III. comunicado por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente;

IV. encaminhamento a projetos de ações educativas;

V. convocação dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, com registro e assinatura, e/ou termo de compromisso;

VI. esgotadas as possibilidades no âmbito do estabelecimento de ensino, inclusive do Conselho Escolar, será encaminhado ao Conselho Tutelar, quando criança ou adolescente, para a tomada de providências cabíveis.

VII. Todas as ações disciplinares previstas no Regimento Escolar serão devidamente registradas em Ata e apresentadas aos responsáveis e demais órgãos competentes para ciência das ações tomadas.

VIII. Toda agressão física grave ou persistente poderá ser registrado um B.O. podendo a escola convidar o aluno em questão a deixar de fazer parte do corpo discente da instituição.

IX. De acordo com o Ofício n.º 170/2015, do fluxograma de atuação de atos infracionais definidos pela Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Lagoas, o aluno está sujeito às normas e sanções praticados no Ambiente Escolar ou no seu Entorno(em anexo).

**Art. 91** - As medidas de ressocialização a serem aplicadas quando necessárias para o restabelecimento da disciplina guardarão estreita correspondência com as causas do comportamento do aluno e suas condições psicológicas, não devendo assumir caráter punitivo, a não ser quando estritamente necessário.

**Art. 92** - O uso de estímulos positivos será preferível às medidas punitivas.

**Art. 93** - Aos alunos, conforme a gravidade ou reiteração das faltas ou infrações, serão aplicadas as seguintes penalidades; respeitados os níveis de escolaridade:

I – Advertência oral, particular;

II – Advertência escrita, com comunicação para os pais ou responsáveis, arquivando na pasta individual do aluno todas as advertências;

III – Advertência por escrito, a ser assinada pelos pais ou responsável, se menor de idade;

IV – Advertência por escrito em Ata

**Art. 94** - O professor poderá retirar o aluno de aula em casos de indisciplina ou falta de respeito ao mesmo.

**Art. 95** - Quando se tratar de ato indisciplinar grave será ouvido o Conselho de Classe e o Conselho Tutelar.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Sempre que possível, as penalidades serão aplicadas gradativamente, sem se acumularem, e serão registradas em livro próprio.

**Art. 96** - Serão vedadas as sanções e penalidades que atentarem contra a dignidade pessoal, contra a saúde física e mental ou que prejudiquem o processo formativo do aluno.

**Art. 97** - A competência para a aplicação de sanções, em princípio, pertencerá ao Diretor do Colégio.

**Art. 98** - Quando a permanência do aluno no Colégio for considerada inconveniente, a Direção poderá recorrer à SRE e/ou ao Conselho Tutelar.

### **CAPÍTULO III DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS**

**Art. 99** – Aos pais ou responsáveis, além de outras atribuições legais, compete:

- I. matricular o aluno no estabelecimento de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- II. exigir que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função;
- III. manter relações cooperativas no âmbito escolar;
- IV. assumir junto à escola ações de co-responsabilidade que assegurem a formação educativa do aluno;
- V. propiciar condições para o comparecimento e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- VI. respeitar os horários estabelecidos pelo estabelecimento de ensino para o bom andamento das atividades escolares;
- VII. requerer transferência quando responsável pelo aluno menor;
- VIII. identificar-se na secretaria do estabelecimento de ensino, para que seja encaminhado ao setor competente, o qual tomará as devidas providências;
- IX. comparecer às reuniões e demais convocações do setor pedagógico e administrativo da escola, sempre que se fizer necessário;

**Art. 100** - São direitos dos pais ou responsáveis:

- I- conhecer o Regimento Escolar e a Proposta Pedagógica do Colégio;
- II- aderir ao Contrato de Prestação de Serviços Educacionais;
- III- conhecer o Calendário Escolar, as atividades e a programação escolar;
- IV- ter acesso às informações referentes à vida escolar do aluno;
- V- ser respeitado por toda a comunidade educativa;
- VI- participar de Instituições de Apoio Escolar;
- VII- contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores;
- VIII- contribuir para a definição das propostas educacionais;
- IX- ser atendido pela equipe técnico-pedagógico-administrativa do Colégio;
- X- ser comunicado de ocorrências referentes à vida escolar do aluno;
- XI- ter acesso ao Regimento Escolar.

**Art. 101** - São deveres dos pais ou responsáveis:

- I- cumprir as disposições que lhes são afins contidas no Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica do Colégio;
- II- corresponsabilizar-se com o Colégio no processo educativo do aluno;
- III- assinar o requerimento de matrícula e o contrato adesivo de prestação de serviços educacionais ou similar; avisar o D
- IV- avisar o Diretor sobre irregularidades referentes à comunidade educativa;
- V- ressarcir danos ou prejuízos causados ao Colégio ou a outrem;
- VI- comunicar, imediatamente, ao Colégio, ocorrência de doenças infecto-contagiosas na família;
- VII- garantir a assiduidade e a pontualidade do aluno às aulas e atividades escolares;
- VIII- garantir ao Colégio a saída imediata do aluno, após o término das aulas e/ou atividades escolares;
- IX- acompanhar o desempenho do aluno no processo ensino-aprendizagem;
- X- atender às convocações feitas pelo Colégio;
- XI- prover o aluno de uniforme e material determinados pelo Colégio;
- XII- respeitar os integrantes da Comunidade Educativa;
- XIII- comunicar por escrito a saída antecipada do aluno; XIV- garantir o cumprimento dos deveres e assegurar os direitos do aluno.



**Art. 102** - Aos pais ou responsáveis é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável, no âmbito do estabelecimento de ensino;
- II. interferir no trabalho dos docentes, entrando em sala de aula sem a permissão do setor competente;
- III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;
- IV. desrespeitar qualquer integrante da escola, inclusive o aluno pelo qual é responsável, discriminando-o, usando de violência simbólica, agredindo-o fisicamente e/ou verbalmente, no ambiente escolar;
- V. expor o aluno pelo qual é responsável, funcionário, professor ou qualquer pessoa a situações constrangedoras;
- VI. divulgar, por qualquer meio de publicidade/redes sociais assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do estabelecimento de ensino, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;
- VII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, em nome do estabelecimento de ensino sem a prévia autorização da direção;
- VIII. comparecer a reuniões ou eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- IX. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino, ou produto ilícito.
- X. deixar de atender às solicitações escolares como laudos/relatórios a fim de deixar de fazer acompanhamento com especialistas para que a escola possa promover um melhor desenvolvimento escolar do aluno(a).

**Art. 103** - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.  
Parágrafo Único – Nos casos de recusa de assinatura do registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinaturas de testemunhas.

## **TÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **CAPÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO**

**Art. 104** – Será adotado o regime anual em atendimento às peculiaridades do estabelecimento de ensino, observada a legislação em vigor.

**Art. 105** – A organização das classes se fundamentará em critérios que garantam o atendimento aos alunos, no processo de aprendizagem, resguardando as determinações legais vigentes.

**Art. 106** – Os alunos com necessidades especiais serão atendidos preferencialmente nas classes regulares, respeitando o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos.

**Art. 107** – A transição entre as etapas da Educação Básica – Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio – deve assegurar formas de articulação das dimensões orgânica e sequencial que garantam aos alunos um percurso contínuo de aprendizagem, com qualidade.

**Art. 108** – O processo educativo no Ensino Fundamental deve considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento e estudos no Ensino Médio.

**Art. 109** – O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 03 (três) anos.

**Art. 110** – Os alunos com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades ou Superdotação, serão atendidos nas classes regulares, com os mesmos objetivos estabelecidos nas etapas da Educação Básica, de modo a garantir-lhes o desenvolvimento de suas potencialidades.

**Art. 111** – De acordo com o Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI), e conforme o Projeto Político-Pedagógico da escola, para o aluno com Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento poderá ocorrer a possibilidade de flexibilização do tempo escolar, em até 50% (cinquenta por cento) do tempo previsto em lei para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

## **CAPÍTULO II DO CALENDÁRIO ESCOLAR**

**Art. 112** – A educação básica, nos níveis fundamental anos finais e médio, será organizada de acordo com a carga horária mínima anual, distribuída por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, sendo:

- I - oitocentas horas para o Ensino Fundamental anos finais;
- II - 1000 horas para o ensino médio;

**Art. 113** – O calendário escolar, respeitadas as normas legais, deve ser anualmente elaborado e discutido pela escola e comunidade escolar, atendendo a legislação vigente, amplamente divulgado, cabendo a SRE supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

**Art. 114** – O calendário escolar deve prever, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos e incluir as seguintes datas e programações:

- I. Férias escolares em janeiro;
- II. Início e término do ano escolar;
- III. Início e término do ano letivo;
- IV. Recessos escolares;
- V. Feriados;
- VI. Dias escolares/planejamento, reuniões e estudos de recuperação;
- VII. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra;
- VIII. O calendário escolar incluirá o dia 25 de novembro como o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher;
- IX. O calendário escolar incluirá o dia 05 de dezembro como o Dia Internacional do Voluntário;
- X. O cronograma das reuniões ordinárias do Colegiado Escolar;
- XI. O cronograma de reuniões em cumprimento às atividades extraclasse.

**§ 1º** - Na composição do calendário escolar podem ser incluídos sábados letivos com atividades escolares, conforme as normas vigentes.

**§ 2º** - Havendo necessidade de compatibilização da programação com eventos ou feriados municipais ou por motivos extraordinários e relevantes, as escolas poderão alterar seus calendários, resguardando o cumprimento da exigência mínima de duzentos dias letivos e da carga horária.



**Art. 115** – Considera-se dia letivo aquele em que professores e alunos desenvolvem atividades de ensino, aprendizagem, de caráter obrigatório, independentemente do local onde sejam realizadas.

**Parágrafo único.** A direção da escola deverá estimular e garantir a frequência dos alunos até o último dia letivo previsto para o fiel cumprimento do calendário escolar.

**Art. 116** – Considera-se dia escolar aquele em que são realizadas atividades de caráter pedagógico e administrativo, com a presença obrigatória do pessoal docente, técnico e administrativo, podendo incluir a representação de pais e alunos.

**Art. 117** – É recomendada a abertura da escola nos feriados, finais de semana e férias escolares para atividades educativas e comunitárias, cabendo à direção escolar encontrar formas para garantir o seu funcionamento e observar as vedações da legislação.

### **CAPÍTULO III DA MATRÍCULA**

**Art. 118** – Matrícula é o registro do ingresso do aluno na unidade escolar.

**Art. 119** – A matrícula será feita por solicitação do candidato, quando maior de idade, por seus pais ou responsáveis.

**Art. 120** – A escola deve divulgar o edital da matrícula por todos os meios possíveis.

**Art. 121** – A matrícula é feita anualmente e será realizada de acordo com os dispositivos internos da instituição, em datas previamente divulgadas.

**Art. 122** – A relação Contratante (pais ou responsáveis) e contratado (entidade mantenedora) rege-se por um Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar.

**Art. 123** – Somente aos alunos devidamente matriculados é permitida a frequência às atividades da escola.

**Art. 124** – A matrícula, na (o) Colégio Laís Farnetti, será feita nas seguintes modalidades:

#### **I. Matrícula Inicial**

a. o representante responsável pelo candidato a aluno da instituição, deverá requerer sua matrícula no período definido e previamente divulgado pela escola, após submeter-se a processo de admissão de alunos novatos, de acordo com as orientações legais vigentes e com o disposto na Proposta Pedagógica e Edital da instituição.

#### **II. Renovação de Matrícula:**

- a. para o aluno que terminou de cursar, neste estabelecimento de ensino, o ano imediatamente anterior;
- b. para o aluno que volta a frequentar a escola após o intervalo de um período letivo, a fim de prosseguir estudos interrompidos por motivo justificado e aceito pelo Colégio;
- c. a renovação da matrícula poderá ser indeferida pela Direção Geral sempre que houver razão substancial fundamentada neste Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica do Colégio Laís Farnetti.

**Art. 125** – São necessários os seguintes documentos para matrícula, mediante requerimento:

- I. Certidão de Registro Civil (Nascimento ou Casamento) e Cédula de identidade; Nome Social;

- II. CPF;
- III. Comprovante de residência (conta de luz);
- IV. Cartão de vacinação;
- V. Cartão do SUS;
- VI. Comprovante de dispensa das aulas de Educação Física, quando for o caso;
- VII. Certificado de alistamento militar, de reservista, de isenção ou de dispensa de corporação (para alunos de 18 a 45 anos de idade);
- VIII. Título de eleitor e comprovante de votação para aluno maior de idade.

**Parágrafo único.** Toda cópia de documento deverá ser conferida, datada e autenticada pelo responsável mediante apresentação do documento original.

**Art. 126** – A escola deve renovar ou efetivar a matrícula dos alunos a cada ano letivo, sendo vedada qualquer forma de discriminação, em especial aquelas decorrentes da origem, gênero, etnia, credo religioso, cor e idade.

§ 1º Não será admitida matrícula de alunos ouvintes.

§ 2º A matrícula dos alunos poderá ocorrer em qualquer época do ano.

§ 3º No caso de matrícula no 3º trimestre, compete à direção da escola e equipe pedagógica analisar toda documentação apresentada com fins de regularizar as pendências, caso sejam detectadas, antes do término letivo.

**Art. 127** – O aluno, se maior, ou os seus responsáveis, devem realizar a matrícula no conjunto dos componentes curriculares relativos ao ano letivo, à exceção dos opcionais.

§ 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é componente curricular que deve ser, obrigatoriamente, ofertado no Ensino Fundamental.

§ 2º - A escola deve oferecer atividades complementares para os alunos que, no ato da matrícula, não tiverem optado pelo componente curricular facultativo, para cumprimento da carga horária obrigatória.

**Art. 128** – Terá sua matrícula cancelada o aluno que, sem justificativa, deixar de comparecer à escola, até o 25º (vigésimo quinto) dia letivo consecutivo, após o início das aulas, ou a contar da data de efetivação da matrícula, se esta ocorrer durante o ano letivo.

§ 1º - Antes de efetuar o cancelamento da matrícula, a direção da escola deve entrar em contato, por escrito, com o aluno ou os seus responsáveis, alertando-os sobre a obrigatoriedade do cumprimento da frequência escolar.

§ 2º - Configurados o cancelamento da matrícula ou o abandono do aluno, a escola deve informar o fato, por escrito, ao Conselho Tutelar, ao Juiz competente da comarca e ao representante do Ministério Público.

§ 3º - Quando se tratar de aluno cuja família é beneficiada por programas de assistência vinculados à frequência escolar, cabe à direção da escola encaminhar a relação dos alunos infrequentes ao órgão competente.

**Art. 129** – O aluno que teve a sua matrícula cancelada poderá retornar para a mesma escola, se houver vaga.

**Art. 130** – Deverá ser apresentado no ato da matrícula o documento original cuja cópia deverá ser autenticada pela própria escola e arquivada na pasta individual do aluno.

## SEÇÃO I DA MATRÍCULA DO ALUNO INTERCAMBISTA

**Art. 131** – O aluno intercambista poderá ser matriculado no Colégio Laís Farnetti, observadas as normas estabelecidas na Proposta Pedagógica.

## SEÇÃO II

### DA MATRÍCULA E AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE ESTRANGEIRO PARTICIPANTE DE INTERCÂMBIO

**Art. 132** – O estudante estrangeiro participante de intercâmbio, com o objetivo de conhecer e vivenciar a cultura brasileira, poderá ser matriculado no Colégio Laís Farnetti, em qualquer período do ano letivo escolar, observadas as normas estabelecidas na Proposta Pedagógica.

## SEÇÃO III

### DA MATRÍCULA DE ITINERANTES

**Art. 133** - São consideradas em situação de itinerância as crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos sociais que, por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, dentre outros, se encontram nessa condição. Podem ser considerados como vivendo em situação de itinerância ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, artistas, demais trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mambembe que se auto reconheçam como tal ou sejam assim declarados pelo seu responsável legal.

I – assegurar ao estudante itinerante matrícula, com permanência e conclusão de estudos, na Educação Básica, respeitando suas necessidades particulares;

II – proteger o estudante itinerante contra qualquer forma de discriminação que coloque em risco a garantia dos seus direitos fundamentais.

Os estabelecimentos de ensino privados de Educação Básica, por sua vez, deverão assegurar a matrícula desse estudante sem a imposição de qualquer forma de embarço, pois se trata de direito fundamental. Reconhecendo a complexidade do tema, é preciso, portanto, que haja um conjunto de esforços coletivos para possibilitar que o estudante pertencente a comunidades itinerantes tenha acesso à educação escolar.

III – quanto à escola:

a) a escola que recebe esses estudantes deverão informar a sua presença aos

Conselhos Tutelares existentes na região. Estes deverão acompanhar a vida das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância no que se refere ao respeito, à proteção e à promoção dos seus direitos sociais, sobretudo ao direito humano à educação;

b) a escola deverá também garantir documentação de matrícula e avaliação periódica mediante expedição imediata de memorial e/ou relatório das crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância.

IV – quanto às famílias e/ou responsáveis:

a) caso a família e/ou responsável pelo estudante em situação de itinerância não disponha, no ato da matrícula, de certificado de origem da escola anterior, bem como do memorial e/ou relatório, a criança, adolescente ou jovem deverá ser inserido no grupamento correspondente aos seus pares de idade. Para tal, a escola deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

## CAPÍTULO IV

### DA TRANSFERÊNCIA

**Art. 134** – A matrícula de alunos transferidos pode ocorrer em qualquer época do ano, observadas as normas regimentais.

**Art. 135** – A transferência far-se-á pela Base Nacional Comum Curricular.

**Parágrafo único.** A divergência de currículos em relação aos componentes curriculares da parte diversificada não constituirá impedimento para aceitação da matrícula por transferência.

**Art. 136** – A transferência será requerida pelo aluno, se maior de idade, ou pelos seus responsáveis, se for menor.

**Art. 137** – Excepcionalmente, a escola poderá aceitar a matrícula, em caráter condicional, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de declaração provisória de transferência, expedida pela escola de origem, devendo a mesma constar se possui progressão parcial e se ocorreu a conclusão da etapa final avaliatória.

**Art. 138** - São necessários os seguintes documentos para a transferência:

- I. Certidão de Registro Civil (Nascimento ou Casamento) e Cédula de identidade; Nome Social;
- II. CPF;
- III. Comprovante de residência (conta de luz);
- IV. Declaração de Transferência;
- V. Histórico Escolar;
- VI. Ficha Individual do Aluno (durante o período letivo);
- VII. Cartão de vacinação;
- VIII. Cartão do SUS;
- IX. Atestado Médico, quando for o caso;
- X. Comprovante de dispensa das aulas de Educação Física, quando for o caso;
- XI. Certificado de alistamento militar, de reservista, de isenção ou de dispensa de corporação (para alunos de 18 a 45 anos de idade);
- XII. Título de eleitor e comprovante de votação para aluno maior de idade.

**Parágrafo único.** Toda cópia de documento deverá ser conferida, datada e autenticada pelo responsável mediante apresentação do documento original.

**Art. 139** – Será aceita a matrícula do aluno transferido de outro país, cabendo à escola de destino promover as adaptações necessárias, de acordo com a legislação vigente.

**Art. 140** – Será permitida a transferência do regime semestral para o anual e vice-versa, observada a frequência, a carga horária e o número de dias letivos conforme legislação em vigor.

**Parágrafo único.** Deverão constar no Histórico Escolar as ocorrências relativas ao disposto neste artigo.

**Art. 141** – Para concessão de transferência não se exigirá declaração da existência de vaga na escola de destino.

**Art. 142** – A escola somente poderá aceitar transferência se houver vaga, salvo os casos previstos em lei.

**Art. 143** – Aluno transferido com reprovação em até dois componentes curriculares, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e, também, do Ensino Médio poderá beneficiar-se da progressão parcial, conforme disposto neste regimento.

**Art. 144** - O diretor da escola, com aprovação do conselho escolar, poderá dar transferência, em qualquer época do ano, ao aluno que infringir a dispositivos deste Regimento ou que haja cometido falta grave.

## SEÇÃO I

### DO ALUNO TRANSFERIDO COM PROGRESSÃO

**Art. 145** – Aluno transferido com reprovação em 03 (três) componentes curriculares ou mais, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental ficará retido, conforme disposto neste regimento.

**Art. 146** – Será admitida a progressão parcial do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.

**Art. 147** – O aluno vier transferido de escola que tiver componente curricular avaliado por conceito será feita a conversão da seguinte forma:

A – 90% a 100%

B – 60% a 89%

C – 59% a 0%

**§ 1º** - No caso do aluno transferido sem registro de notas ou conceito na etapa avaliativa a escola utilizará:

I - regra de três

II - avaliações

III - planos de estudos

IV - médias trimestrais ou

V - duplicação de notas;

**§ 2º** - No caso de aluno oriundo de outro regime avaliatório como trimestral ou semestral, a escola deverá utilizar:

I - regra de três

II - avaliações

III - planos de estudos

IV - médias bimestrais ou

V - duplicação de notas;

## SEÇÃO II

### DA ADAPTAÇÃO

**Art. 148** – A adaptação de estudos ocorre quando um aluno transferido apresentar, no ato da matrícula por transferência, histórico escolar com modelo curricular diferente da BNCC.

**Art. 149** – O aluno transferido para a escola que não tiver estudado componente curricular da Base Nacional Comum Curricular será submetido à adaptação do currículo, mediante elaboração de um Plano Especial de Estudos, com acompanhamento e orientação do Corpo Técnico-Administrativo da escola.

**Art. 150** – A adaptação terá por finalidade enturmar o aluno ao nível da série/ano que se matricular, de modo a possibilitar a continuidade dos estudos ou a conclusão do respectivo nível de ensino.

**Art. 151** - A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo.

**Art. 152** - A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum.

**Art. 153** - A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo.

**Art. 154** - A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade do pedagogo ou da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno.

Parágrafo Único – Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

## **CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO**

### **SEÇÃO I DA CLASSIFICAÇÃO**

**Art. 155** – Classificar significa posicionar o aluno em séries, ciclos ou outras formas de organização, compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo processo de avaliação.

**Art. 156** – A classificação poderá ser feita em qualquer ano ou etapa exceto no 1º ano do Ensino Fundamental.

**Art. 157** - O recurso da classificação tem por objetivo posicionar o aluno em qualquer ano da Educação Básica, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, nas seguintes situações:

- I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano anterior, na própria escola;
- II. por transferência, para alunos procedentes de outra escola situada no País ou no exterior, considerando a idade e desempenho;
- III. por avaliação, independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada.

**Parágrafo único.** Os documentos que fundamentarem e comprovarem a classificação do aluno deverão ser arquivados na pasta individual.

**Art. 158** – A matrícula do aluno no 2º semestre do ano letivo será possível através do recurso da classificação por avaliação.

**§ 1º** - A apuração da frequência será procedida a partir da matrícula do aluno, assim como os dias letivos.

**§ 2º** - A ausência de registro no primeiro semestre estará amparada pela classificação, por avaliação, a que o aluno se submeteu.

**Art. 159** – Deverá constar do Histórico Escolar do aluno informações sobre o processo de classificação a que tenha se submetido, registrando somente os resultados fidedignos obtidos nas avaliações.

## SEÇÃO II DA RECLASSIFICAÇÃO

**Art. 160** – A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

**Art. 161** – A reclassificação é o reposicionamento do aluno no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação de seu desempenho.

**Art. 162** – A escola poderá reclassificar o aluno nas seguintes situações:

**I** - Avanço: propicia condições para conclusão de anos da Educação Básica, em menos tempo, ao aluno com altas habilidades ou superdotação comprovadas por instituição competente;

**II** - Aceleração: é a forma de reposicionar o aluno com atraso escolar em relação à sua idade, durante o ano letivo;

**III** - Transferência: o aluno proveniente de escola situada no País ou exterior poderá ser avaliado e posicionado, em ano diferente ao indicado no seu Histórico Escolar da escola de origem, desde que comprovados conhecimentos e habilidades;

**IV** - Frequência: ao aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária mínima exigida e que apresentar desempenho satisfatório.

**Art. 163** – O aluno submetido ao processo de reclassificação será avaliado em todos os componentes curriculares.

**Art. 164** – Não poderá haver reclassificação para conclusão de curso e de nível de ensino.

**Art. 165** – Os documentos que fundamentam a classificação e reclassificação deverão ser arquivados na pasta individual do aluno e os atos lavrados em ata.

**Art. 166** – É recomendável que a decisão de reclassificação seja decorrente de manifestação de uma Comissão Escolar; presidida pela direção da escola, e que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação/supervisão das atividades pedagógicas.

**Art. 167** – Deverá constar do Histórico Escolar do aluno informações sobre o processo de reclassificação a que tenha se submetido, registrando somente os resultados fidedignos obtidos nas avaliações.

## CAPÍTULO VI DA FREQUÊNCIA

**Art. 168** – A frequência mínima exigida para a progressão do aluno é de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas ao final de cada período letivo.

**Art. 169** – O controle diário da frequência dos alunos é feito por dia letivo e é de responsabilidade do professor, monitorado pela equipe pedagógica e direção escolar, comunicadas as eventuais faltas consecutivas, para as providências cabíveis.



**Art. 170** – A escola deverá acompanhar sistematicamente a frequência dos alunos a fim de garantir 75% (setenta e cinco por cento), do total de horas letivas obrigatórias, no final de cada período letivo.

**Art. 171** – O não comparecimento, a infrequência e os atrasos constantes do aluno devem ser objeto de ação da escola junto às famílias e autoridades competentes.

**§ 1º** O estabelecimento de ensino, após apurar a frequência do aluno e constatar uma ausência superior a 05 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias alternados no mês, deverá entrar em contato, por escrito, com a família ou os responsáveis pelo aluno faltoso, com vistas a promover o seu imediato retorno às aulas e a regularização da frequência escolar.

**§ 2º** O dirigente do estabelecimento de ensino remeterá ao Conselho Tutelar e também ao órgão competente, no caso de aluno cuja família é beneficiada por programas de assistência vinculados à frequência escolar, a relação nominal dos alunos cujo número de faltas atingir:

- I. 15 (quinze) dias letivos, consecutivos ou alternados, no Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- II. Pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei 9.394, de 1996), um aluno não pode ser aprovado caso apresente uma quantidade de faltas superior a 25% das horas-aula dadas no ano letivo. A LDB determina que o ano **escolar** deve ter 200 dias letivos
- III. a Lei 13.803, de 2019, determina a notificação imediata aos conselhos tutelares, no caso de faltas escolares de alunos dos ensinos fundamental ou médio que ultrapassem em 30% o percentual permitido pela legislação em vigor.

## SEÇÃO ÚNICA DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

**Art. 172** – São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos amparados:

- I. pelo Decreto-Lei Federal 1044 de 21 de outubro de 1969;
- II. pela Lei Federal 6202 de 17 de abril de 1975.

**§ 1º** É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde, em regime hospitalar ou domiciliar, por tempo prolongado. Serão atribuídos a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

**§ 2º** O regime de exceção previsto no *caput* do artigo dependerá da apresentação de documento comprobatório.

**Art. 173** - É assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas:

- I. Prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;
- II. Trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

## CAPÍTULO VII DO PLANEJAMENTO CURRICULAR

**Art. 174** - O currículo terá uma Base Nacional Comum Curricular, a ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

**§ 1º** O currículo a que se refere o *caput* deve abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

**§ 2º** O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

**§ 3º** A música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende também as artes visuais, o teatro e a dança.

**§ 4º** A Educação Física, integrada ao Projeto Político-Pedagógico da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica sendo sua prática facultativa ao aluno:

I. que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II. maior de trinta anos de idade;

III. que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física;

IV. amparado pelo Decreto-Lei Federal 1044 de 21 de outubro de 1969;

IV. Que tenha prole.

**§ 5º** O Ensino Religioso de matrícula facultativa ao aluno, é componente curricular que deve ser, obrigatoriamente, ofertado no Ensino Fundamental.

**§ 6º** Os Currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua Inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pela escola.

**§ 7º** O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

**§ 8º** Na parte diversificada do currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada obrigatoriamente a língua inglesa.

**§ 9º** Conteúdo programático que trate dos direitos das crianças e adolescentes deverá ser ministrado no âmbito de todo o currículo do Ensino Fundamental, de modo especial nas áreas de Língua Portuguesa, História e Ensino Religioso.

**§ 10º** A Educação Alimentar e Nutricional da escola perpassa o currículo escolar da Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente, em suas famílias e comunidades.

**Art. 175** – Serão desenvolvidos, obrigatoriamente, nos currículos:

I - O ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena:

a) O conteúdo programático dessa temática incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;

b) A temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte e de Literatura e História Brasileira.

II - O estudo sobre o uso de drogas e da dependência química como parte do programa dos componentes curriculares constantes no núcleo curricular.

**Art. 176** - Na Base Nacional Comum Curricular e parte diversificada, devem ser incluídos, permeando todo o currículo, temas transversais relativos à saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação

para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, dependência química, higiene bucal e educação alimentar e nutricional, tratados transversal e integradamente, determinados ou não por leis específicas.

**Parágrafo único.** Na implementação do currículo, os temas transversais devem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando, assim, a articulação de todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada. A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais.

**Art. 177** - Na organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio deve ser observada a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Referência de Minas Gerais a serem ensinados, obrigatoriamente, por todas as unidades escolares.

**Art. 178** - A formação dos valores cívicos é um dos aspectos que serão desenvolvidos na educação integral dos alunos, com a execução, semanal, do Hino Nacional Brasileiro, bem como do hasteamento conforme legislação vigente.

## **SEÇÃO I**

### **DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art. 179** - O currículo do ensino fundamental prevê a progressão do conhecimento pela consolidação das aprendizagens anteriores, pela ampliação das práticas de linguagem e pela experiência estética e intercultural dos estudantes, promovendo integração nos nove anos desta etapa da Educação Básica.

**Art. 180** - Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, é importante retomar e ressignificar as aprendizagens dos Anos Iniciais, no contexto dos Componentes Curriculares, visando superar as rupturas que ocorrem entre as fases dessa etapa e ampliar os repertórios dos estudantes.

**Art. 181** - Em consonância com a BNCC estrutura-se o currículo do ensino fundamental em Áreas do Conhecimento e seus respectivos Componentes Curriculares, a saber:

#### **I - Linguagens:**

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Inglesa;
- c) Arte;
- d) Educação Física.

#### **II - Matemática:**

- a) Matemática.

#### **III - Ciências da Natureza:**

- a) Ciências.

#### **IV - Ciências Humanas:**

- a) Geografia;
- b) História.

#### **V - Ensino Religioso:**

- a) Ensino Religioso.

**Art. 182** - O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir ao educando:

**I** - O desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

**II** - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

**III** - A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

**IV** - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**Parágrafo único.** O Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

**Art. 183** - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais da escola, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

## **SUBSEÇÃO I DA ÁREA DE LINGUAGENS**

**Art. 184** - A Área de Linguagens é composta pelos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física, que tem como finalidade possibilitar, aos estudantes, conhecer, compreender, criar e utilizar-se de práticas diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas e de comunicação em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, num processo contínuo às experiências vividas na Educação Infantil.

**Art. 185** - O Componente Curricular Língua Inglesa será trabalhado a partir da compreensão, de modo indutivo, do funcionamento sistêmico do inglês por meio de práticas de uso, de análise e de reflexão sobre a língua, conforme estabelece a BNCC e será obrigatório do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

**Art. 186** - O Componente Curricular Arte deve ser trabalhado, em toda sua amplitude, de forma a articular manifestações culturais de tempos e espaços diversos, englobando o entorno cultural e artístico do estudante, as produções passadas e contemporâneas, de forma histórica, social e política, propiciando entendimento dos costumes e dos valores culturais, e que se aliam ao desenvolvimento das competências gerais e será obrigatório do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

**Art. 187** - A Educação Física, como Componente Curricular, tempo e espaço privilegiado de desenvolvimento das dimensões corporal, ética, estética e afetiva, deverá prezar pela vivência e fruição de práticas corporais, de forma plena e significativa e desenvolvida no sentido de colaborar com a formação integral dos estudantes.

## **SUBSEÇÃO II DA ÁREA DE MATEMÁTICA**

**Art. 188** - A área de Matemática é composta pelo Componente Curricular Matemática e tem como finalidade o desenvolvimento das competências gerais de investigação, de compreensão de fenômenos, de construção de representações significativas e de argumentações consistentes, nos mais variados contextos.

### **SUBSEÇÃO III DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA**

**Art. 189** - A área de Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, é composta por 01 (um) único Componente Curricular – Ciências, cuja finalidade é abordar o conhecimento científico, nos aspectos físicos, químicos e biológicos, por meio da investigação da natureza, para interpretar, de forma crítica e analítica, os fenômenos naturais observados, resultantes das relações históricas, sociais e econômicas, visando à formação de sujeitos que atuem como agentes questionadores e transformadores, conscientes de sua responsabilidade frente aos fenômenos naturais.

### **SUBSEÇÃO IV DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANA**

**Art. 190** - A área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental, é integrada pelos Componentes Curriculares de Geografia e História e contribui para o desenvolvimento da cognição ancorada na contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço.

### **SUBSEÇÃO V DA ÁREA DE ENSINO RELIGIOSO**

**Art. 191** - O Ensino Religioso, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, deve atender aos seguintes objetivos:

- I - proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- II - propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- III - desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- IV - contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida, a partir de valores, de princípios éticos e da cidadania.

## **SEÇÃO II DO ENSINO MÉDIO**

**Art. 192** - O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 3 (três) anos e tem por finalidade:

- I - A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática;
- III - A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores;

**IV - O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.**

**Art. 193** - A escola deve prover ensino de qualidade, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão e garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e na proficiência dos alunos do ensino médio.

**Parágrafo único** - O primeiro ano do Ensino Médio deve assegurar a transição harmoniosa dos alunos provenientes do 9º ano do Ensino Fundamental, considerando o aprofundamento dos componentes curriculares do Ensino Fundamental Anos Finais e a inclusão de novos componentes curriculares.

**Art. 194** - O Ensino Médio objetiva o atendimento das juventudes com diversas experiências escolares, de diferentes contextos sociais, familiares e culturais, com distintos interesses, aspirações e perspectivas presentes e futuras, moldadas pelas tecnologias e suas múltiplas dimensões e especificidades.

**Art. 195** - O Ensino Médio assegura sua função formativa para todos: os estudantes, as juventudes, os adultos e os idosos, podendo ser organizado em tempos escolares, no formato de séries anuais, de períodos semestrais, de ciclos, de alternância regular de período de estudos, de módulos, de sistema de créditos ou em forma diversa de organização, sempre que for de interesse do processo de aprendizagem, observada a autonomia das redes de ensino e instituições escolares, em conformidade com as normas vigentes.

**Art. 196** - O currículo referência do ensino médio é composto pela Formação Geral Básica e pelos Itinerários Formativos, com um total de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, promovendo integração curricular nos três anos dessa etapa da Educação Básica.

**Parágrafo único** - Na integração curricular, devem ser garantidas 1 800 (mil e oitocentas) horas para a Formação Geral Básica, orientada pela Base Nacional Comum Curricular e, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas para os Itinerários.

## **SUBSEÇÃO I FORMAÇÃO GERAL BÁSICA**

**Art. 197** - A Educação Básica tem por objetivo a formação humana em sua integralidade, garantindo aos alunos o desenvolvimento das dimensões éticas, políticas e estéticas, para que se tornem cidadãos funcionais e protagonistas da construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Para isso, as normativas legais que a amparam preveem a aprendizagem voltada ao desenvolvimento de competências e habilidades que oportunizem aos alunos mais do que a apreensão e compreensão de conceitos, mas também a capacidade de os aplicar à resolução de situações ou problemas reais.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de competências e habilidades prescinde de um trabalho que, de fato, estimule os alunos a serem protagonistas do processo de construção do conhecimento, atribuindo significado aos conteúdos teóricos.

**Art. 198** - A Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade das redes de ensino, observando-se os aspectos mais globalizados e a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência e seus componentes curriculares, a saber:

### **I - Linguagens e suas Tecnologias:**

- a) Língua Portuguesa;
- b) Língua Inglesa;
- c) Arte;



d) Educação Física.

## **II - Matemática e suas tecnologias:**

a) Matemática.

## **III - Ciências da Natureza e suas tecnologias:**

a) Biologia;

b) Física;

c) Química.

## **IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:**

a) Geografia;

b) História;

c) Filosofia;

d) Sociologia

## **V - Itinerários Formativos.**

### **I - DA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS**

**Art. 199** - A Área de Linguagens e suas Tecnologias, composta pelos Componentes curriculares Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Arte e Educação Física tem, como objetivos, propiciar, aos estudantes, condições para que se tornem capazes de: dialogar e criar entendimento mútuo; compreender o outro; expressar-se; debater ideias de maneira crítica, baseando-se no respeito e na ética, com consideração de diferentes perspectivas e valores culturais; valer-se de diferentes linguagens e mídias, em diferentes processos de interação, com uso crítico de ferramentas digitais.

### **II - DA ÁREA DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS**

**Art. 200** - A área de Matemática e suas tecnologias, composta pelo componente curricular Matemática tem, como objetivo, propor a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, aplicada à realidade e às vivências dos estudantes do Ensino Médio, propiciando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sócio emocionais, de atitudes ou de valores, com ênfase em situações do cotidiano, com espírito de investigação de argumentação e visando à Resolução de problemas. Parágrafo único - Para o desenvolvimento das habilidades descritas no caput, os estudantes devem mobilizar seu modo próprio de raciocinar, de representar, de comunicar, de argumentar e, com base em discussões e em validações conjuntas, aprender conceitos e desenvolver representações e procedimentos.

Parágrafo único - Para o desenvolvimento das habilidades descritas no caput, os estudantes devem mobilizar seu modo próprio de raciocinar, de representar, de comunicar, de argumentar e, com base em discussões e em validações conjuntas, aprender conceitos e desenvolver representações e procedimentos.

### **III - DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS**

**Art. 201** - A área de Ciências da Natureza propõe-se a apresentar uma visão de ensino interdisciplinar, envolvendo os componentes curriculares de Biologia, Física e Química com os objetivos de contextualizar a aprendizagem de Ciências na realidade histórica, social, ambiental e econômica dos estudantes e descrever a importância do desenvolvimento da investigação científica, em seus processos e em suas práticas, tendo

como princípio o estudo dos fenômenos naturais e suas tecnologias, desde seus aspectos mais singulares até os mais complexos, importante para o desenvolvimento político, social e econômico de um país e para o desenvolvimento pessoal de cada cidadão.

#### IV - DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

**Art. 202** - A área do Conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – constituída pelos componentes curriculares Filosofia, Geografia, História e Sociologia – tem, como foco principal, propiciar, aos estudantes, a compreensão de si, enquanto sujeitos autônomos e protagonistas de sua formação escolar, fomentando uma dinâmica educacional voltada para a apreensão e o desenvolvimento de competências e habilidades indispensáveis à formação intelectual, ética e cidadã do sujeito.

##### SUBSEÇÃO II DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

**Art. 203** - Os Itinerários Formativos são a parte flexível, diversificada e dinâmica do currículo, constituídos por um conjunto de unidades curriculares que permitem, ao estudante, criar caminhos ou percursos distintos, que irão compor a sua formação, a partir de suas escolhas, de acordo com seus interesses, suas aptidões, seus objetivos e seu projeto de vida.

**Art. 204** - Os Itinerários Formativos são construídos com base em quatro Eixos Estruturantes, responsáveis por integrar as possíveis combinações dos Itinerários, promovendo conexão entre as experiências educativas e a realidade na qual os alunos estão inseridos, a saber:

- I - Investigação Científica;
- II - Processos Criativos;
- III - Mediação e Intervenção Sociocultural;
- IV – Empreendedorismo;

**Art. 205** - Os Itinerários Formativos abordam três unidades curriculares, a saber:

- I – Eletivas
- II - Aprofundamento da Área do Conhecimento;
- III - Projeto de vida;

**Art. 206** - As Eletivas são unidades curriculares que devem ter duração de 1 (um) semestre ou 1 (um) ano cada, ampliando o leque de ofertas e permitindo que os estudantes diversifiquem e ampliem seus conhecimentos para além da área do Conhecimento por eles escolhida.

§ 1º As Eletivas devem ser elaboradas e propostas, pelos professores, considerando as capacidades e os interesses dos discentes, em diálogo com todo o corpo docente e com as necessidades e as preferências dos estudantes, com foco nos seus projetos de vida, oportunizando-lhe processos de escolha.

**Art. 207** - Os Aprofundamentos da área do Conhecimento buscam expandir os aprendizados promovidos pela Formação Geral Básica em articulação com temáticas contemporâneas, sintonizadas com o contexto e o interesse dos estudantes.

**Art. 208** - O Projeto de vida é componente curricular obrigatório, ofertado em cada um dos três anos do Ensino Médio, que visa proporcionar o desenvolvimento da capacidade de autoconhecimento, de potencialidades, de aspirações, de interesses e de objetivos de vida. Parágrafo único - o Projeto de vida pode

ser trabalhado desde os anos finais do Ensino Fundamental, quando, então, será, progressivamente, aprofundado e consolidado no Ensino Médio.

**Art. 209** - Os Itinerários Formativos podem ser ofertados por meio de arranjos curriculares que combinem o aprofundamento de uma ou mais áreas do Conhecimento.

§ 1º Os itinerários no Colégio Laís Farnetti são chamados de aprofundamentos ou trilhas de aprofundamento, pois versam sobre temas ligados a uma das quatro áreas do Conhecimento.

§ 2º Os itinerários no Colégio Laís Farnetti são chamados de itinerários integrados ou, aprofundamentos integrados, pois combinam mais de uma área do Conhecimento.

**Art. 210** - É o percurso formativo do aluno, a parte indissociável do currículo do Novo Ensino Médio, um conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade. *Portanto, a FGB – Formação Geral Básica - forma para a vida e os itinerários têm foco na Universidade e/ ou no mundo do trabalho.*

### SUBSEÇÃO III

#### DAS ELETIVAS

**Art.211** - As Eletivas, parte integrante dos Itinerários Formativos, previstas pelo novo currículo, possibilita que os professores (as) diversifiquem as experiências escolares dos estudantes. Importante destacar que esse componente curricular busca assegurar o espaço para a experimentação, o aprofundamento dos conhecimentos, bem como o caráter interdisciplinar e, sobretudo, transdisciplinar, pois parte das temáticas sugeridas são oriundas dos Temas Contemporâneos Transversais - TCTs1. A expectativa é que os estudantes possam discutir temas atuais e expressar seus pontos de vista por meio de diferentes linguagens que perpassam tanto a criação artística e a exploração científica, como a atuação em projetos sociais. Segue as eletivas abaixo:

#### I - Papel da Sociologia na interpretação do mundo

- a) Neste componente curricular eletivo são apresentadas as bases das Ciências Sociais que fundamentam e se inter-relacionam com o conteúdo específico de Sociologia. Certos conceitos, como os de alteridade e cultura, mobilizam saberes filosóficos e éticos que formam a imaginação sociológica. Além disso, uma análise dos conceitos políticos e das formas de governo permite identificar os processos históricos que culminam em problemas sociais presentes.

- b) A apresentação desses conceitos fomenta uma visão crítica da sociedade e da própria teoria, uma vez que serão introduzidas vertentes teóricas que divergem no entendimento social, permitindo a formação de uma consciência cidadã criteriosa.
- c) Os objetivos dessa eletiva são identificar as mudanças no mundo em que vivemos, por exemplo, a evolução nas relações de trabalho; desenvolver o pensamento sociológico, com foco na formação crítica para o exercício da cidadania; recorrer aos estudos da Sociologia, explorando suas teorias e conceitos para problematizar as complexas relações entre indivíduos e sociedades.
- d) Estruturação da Eletiva:

|   |
|---|
| <b>ÁREAS DE CONHECIMENTOS</b><br>Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.  |
| <b>SUGESTÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO</b><br>Sociologia, História, Antropologia, Política e Diplomacia, Direito, Educação e Psicologia.                                     |
| <b>TIPOS DE AVALIAÇÃO</b><br>Questões de múltipla escolha/ abertas e propostas de atividades nas seções do material.  |
| <b>EIXOS ESTRUTURANTES</b><br>Mediação e Intervenção Sociocultural, e Investigação Científica.  |
| <b>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</b><br>Problematização e exposição de tópicos por meio de textos, seções “Sociologia e cultura”, “Sociologia e sociedade” e seção de atividades. |
| <b>CARGA HORÁRIA</b><br>80 horas  |

## MÓDULOS

O surgimento da Sociologia  
O desenvolvimento das Ciências Sociais  
O indivíduo e a sociedade  
Émile Durkheim e a coesão social  
Karl Marx e a análise da sociedade capitalista  
Max Weber e a compreensão dos fenômenos sociais  
Natureza e cultura  
Nós e os outros: Etnocentrismo e o Relativismo cultural  
Antropologia brasileira  
Conceitos da Ciência política  
Estados Modernos  
Política brasileira

## II- - Educação financeira e tomada de decisão

- a) A Educação Financeira é importante por diversos aspectos, na medida em que pode ajudar as pessoas a fazerem uma melhor gestão das suas finanças pessoais e do orçamento doméstico. Isso é fundamental para que todos possam ter uma vida financeira saudável e alcançarem seus sonhos.
- b) Além da gestão de finanças pessoais e do orçamento doméstico, a Educação Financeira trabalha também com conscientização a respeito de bons e maus hábitos de consumo e de poupança, incluindo conhecimentos sobre Economia e sobre o sistema financeiro nacional, entre outros.
- c) Os objetivos dessa eletiva são compreender as noções básicas de finanças e economia; Compreender as diversas dimensões da vida que estão por trás da educação financeira; Utilizar os conhecimentos de matemática para fundamentar a tomada de decisões em questões financeiras; Desenvolver um pensamento que permita avaliar oportunidades, riscos e armadilhas em questões financeiras; Desenvolver uma metodologia de planejamento, administração e investimento de suas finanças; Analisar criticamente os temas atuais da sociedade de consumo e das políticas econômicas nacional e global.
- d) Estruturação da Eletiva:

|  |
|--|
| <b>ÁREAS DE CONHECIMENTOS</b><br><br>Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.  |
| <b>SUGESTÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO</b><br><br>Administração, Economia, Contabilidade, Sociologia, Matemática e Engenharias.   |
| <b>TIPOS DE AVALIAÇÃO</b><br><br>Questões de múltipla escolha / abertas, produções textuais, proposta de projeto interdisciplinar e atividades nas seções do material.   |
| <b>CARGA HORÁRIA</b><br><br>40 horas   |
| <b>EIXOS ESTRUTURANTES</b><br><br>Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural, e Empreendedorismo.  |
| <b>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</b><br><br>Problematização e exposição de tópicos por meio de textos, seções de atividades “Habilidades em prática”, “Contraponto”, “Estudo de caso” e “Enem e vestibulares”, além de propostas de produção textual e de projetos interdisciplinares. |
| <b>MÓDULOS</b><br>A importância da Educação Financeira<br>Princípios da Economia<br>Consumo e renda<br>O crédito e os bancos<br>Finanças domésticas<br>Operações financeiras<br>O planejamento financeiro e mercado de ações<br>O empreendedorismo                             |

## SUBSEÇÃO

### DO APROFUNDAMENTO NAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

**Art. 212-** Seguem abaixo os aprofundamentos do itinerário formativo do Colégio Laís Farnetti:



## I- Rumo à redação nota 1.000

- a) Sabendo que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma importante ferramenta para a avaliação da qualidade da Educação Básica brasileira, além de ser, atualmente, a principal forma de acesso dos estudantes ao ensino superior, a proposta do Aprova + Redação como componente eletivo é oferecer suporte para que os alunos da 1ª série iniciem a construção do conhecimento necessário para o domínio do texto dissertativo-argumentativo. Assim, propõe-se que o gênero e os elementos que o compõem sejam abordados a partir de uma noção sócio interacionista da linguagem, de forma que as condições de produção e recepção do texto estejam evidentes e coerentes para os estudantes.
- b) Os objetivos do aprofundamento nas áreas do conhecimento são Explorar de forma individual e cumulativamente ao longo do ano letivo as cinco competências avaliadas pela banca de correção da prova de redação, de forma teórica e prática, até culminar na compreensão e escrita, por parte dos alunos, de textos totalmente pertinentes aos critérios adotados pelo exame, ao final do processo; Sistematizar conhecimentos para o domínio do texto dissertativo-argumentativo, por meio do incentivo à integração dos estudantes a discussões fundamentais para a sociedade, ampliando o seu senso crítico, a sua consciência cidadã e a sua capacidade de utilizar a linguagem escrita formal como modo de agir sobre as pessoas e o mundo em que vive; Incentivar o protagonismo dos alunos nas atividades práticas, que envolvem a produção de textos sobre temas pertencentes a diferentes eixos temáticos.
- c) Segue a estrutura do aprofundamento Rumo à redação nota 1.000:

|  |
|--|
| <b>ÁREAS DE CONHECIMENTOS</b><br>Linguagens e suas Tecnologias.  |
| <b>SUGESTÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO</b><br>Letras, Direito, Política e Diplomacia, Linguística, Jornalismo, História, Filosofia, Ciências Sociais.   |
| <b>TIPOS DE AVALIAÇÃO</b><br>A avaliação possui um propósito formativo, partindo da observação da participação dos estudantes nas discussões propostas e da evolução de seu desempenho nas produções textuais sugeridas. |
| <b>CARGA HORÁRIA</b><br>80 horas   |
| <b>EIXOS ESTRUTURANTES</b><br>Mediação e intervenção sociocultural, e Processos criativos.   |

## ESTRATÉGIAS E MÉTODOS

Trabalho voltado para o desenvolvimento das competências necessárias ao domínio do gênero dissertativo-argumentativo, modelo Enem, tais como construção de argumentação, mobilização de repertório sociocultural pertinente, aplicação de pensamento crítico, fortalecimento da atuação voltada para o bem-estar social e consolidação de conhecimentos gramaticais.

## II - Literatura

- a) A leitura do texto literário no ensino médio é, sem dúvida, muito importante para o aluno nessa fase de sua formação escolar. O texto literário promove um encontro especial com a leitura, pois através do contato com a literatura o aluno descobre as múltiplas faces da linguagem, e entra em contato com diferentes aspectos da Língua Portuguesa. Quanto maior for a diversificação dos textos literários apresentados aos alunos, maior será a experiência que eles terão com este universo de singular beleza, magia e emoção de um bom leitor. Essa pesquisa tem como principal objetivo destacar a importância da literatura dentro da sala de aula no ensino médio. A curiosidade ao longo do caminho foi se voltando para essa área devido a sua grandiosidade e sua importância dentro do mesmo, no ponto de vista do acadêmico a literatura é fundamental para o desenvolvimento.
- b) A literatura nas turmas do ensino médio nos dá acesso a vários temas importantes da história literária, como por exemplo: autores e suas obras principais, literatura portuguesa e a literatura barroca. Com base nos principais temas abordados, a literatura também aproxima os principais períodos literários que contribuíram para as mudanças da sociedade no decorrer dos anos até os dias de hoje.
- c) Principais períodos da literatura:
1. Barroco;
  2. Arcadismo;
  3. Romantismo;
  4. Realismo/naturalismo;
  5. Parnasianismo;
  6. Simbolismo;
  7. Pré-modernismo;
  8. Modernismo;
  9. Pós-modernismo.
- d) A leitura oferece uma infinidade de conhecimento, é a porta que, uma vez aberta irá oferecer riquezas para o intelecto de um indivíduo, que irá formar uma nova mentalidade. E proporcionar o contato com a leitura, antes de tudo, é uma responsabilidade com a formação dos adultos de

amanhã. O que se sabe é que, enquanto o indivíduo absorve as informações contidas em um livro, sua capacidade de compreensão aumenta, trata-se de algo grandioso.

### III – Mudanças climáticas e energias do futuro

- A mudança climática representa um dos maiores problemas do mundo atual e um grande desafio para a ciência e sociedade.
- Formar cidadãos conscientes dessa situação e críticos em relação à gestão de recursos naturais, conservação e sustentabilidade é parte da nossa missão de preparar a sociedade para o futuro. Pensando nisso, o componente eletivo de Mudanças climáticas e energia do futuro se dedica a propor discussões que instigue os estudantes a refletirem sobre como podem atuar para tornar o desenvolvimento da sociedade mais sustentável, tendo como base os conceitos fundamentais das ciências biológica, química e física.
- Os objetivos deste objetivo são compreender o conceito de clima e as causas e consequências das mudanças climáticas globais, analisar os dados históricos de clima e interpretar tais dados, a fim de compreender as razões científicas das mudanças climáticas, realizar previsões e projeções e avaliar intervenções usando conhecimentos sobre novas formas de energia e uso sustentável de recursos

|  |
|--|
| <b>ÁREAS DE CONHECIMENTOS</b>  |
| Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.   |
| <b>SUGESTÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO</b>  |
| Agronomia, Geologia, Geografia, Ciências Biológicas, e Gestão ou Engenharia Ambiental.   |
| <b>TIPOS DE AVALIAÇÃO</b>  |
| Questões de múltipla escolha, produções textuais, proposta de projeto interdisciplinar e atividades nas seções do material.  |
| <b>CARGA HORÁRIA</b>   |
| 80 horas   |
| <b>EIXOS ESTRUTURANTES</b>   |
| Investigação científica e Mediação e Intervenção Sociocultural.  |
| <b>ESTRATÉGIAS E MÉTODOS</b>   |
| Problematização e exposição de tópicos por meio de textos, seções de atividades “Habilidades em prática”, “Contraponto”, “Estudo de caso” e “Enem e vestibulares”, além de propostas de produção textual e de projetos interdisciplinares. |
| <b>MÓDULOS</b>   |
| <ul style="list-style-type: none"><li>Entrando no clima: conceitos básicos sobre o clima do planeta</li><li>Histórico do clima na Terra: mudanças climáticas naturais</li></ul>  |

- A Terra está mudando ou estamos mudando a Terra? A contribuição humana para as mudanças climáticas
- As mudanças climáticas: impactos e vulnerabilidades
- Alerta vermelho: o mundo se organiza diante das mudanças climáticas
- Entendendo o papel da energia
- Renovando as energias: enfrentando as mudanças climáticas
- Assumindo responsabilidades na concepção do nosso futuro

#### IV – Introdução às Ciências Experimentais

- a) O aluno estudará ciências da natureza e suas tecnologias por meio de um olhar articulado da Biologia, da Física e da Química. Sendo um aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam um aprofundamento nas temáticas Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo. Os conhecimentos conceituais associados a essas temáticas constituem uma base que permite aos estudantes investigar, analisar e discutir situações-problema que surjam de diferentes contextos socioculturais, além de compreender e interpretar leis, teorias e modelos, aplicando-os na resolução de problemas individuais, sociais e ambientais. Dessa forma, os estudantes podem reelaborar seus próprios saberes relativos a essas temáticas, bem como reconhecer as potencialidades e limitações das Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
- b) Essa perspectiva está presente nas competências específicas e habilidades da área por meio do incentivo à leitura e análise de materiais de divulgação científica, à comunicação de resultados de pesquisas, à participação e promoção de debates, entre outros. Pretende-se, também, que os estudantes aprendam a estruturar discursos argumentativos que lhes permitam avaliar e comunicar conhecimentos produzidos, para diversos públicos, em contextos variados, utilizando diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), e realizar propostas de intervenção pautadas em evidências, conhecimentos científicos e princípios éticos e sócio ambientalmente responsáveis.
- c) A aula prática constitui um importante recurso metodológico que facilita o processo de ensino-aprendizagem nas disciplinas da área das Ciências da Natureza. Através da experimentação, alia-se teoria à prática, possibilita-se o desenvolvimento da pesquisa e da problematização em sala de aula, desperta-se a curiosidade e o engajamento do aluno. Neste itinerário, o aluno terá aulas de Biologia, Química e Física no laboratório, desenvolvendo um programa que inicia no primeiro ano e termina no terceiro ano.

- d) Introdução à prática laboratorial, manipulação de equipamentos, conhecimento e aplicação do método científico. O tutor deverá auxiliar em todas as atividades organizacionais que dizem respeito às práticas desenvolvidas no laboratório.

|   |
|---|
| <b>ÁREAS DE CONHECIMENTOS</b><br>Ciências da Natureza e suas tecnologias.   |
| <b>SUGESTÕES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO</b><br>Medicina, Ciências Biológicas, Engenharia Química, Oceanografia, Geologia, Agronomia, ....                             |
| <b>TIPOS DE AVALIAÇÃO</b><br>Questões de múltipla escolha / aberta, produções textuais, proposta de projeto interdisciplinar e atividades nas seções do material. |
| <b>CARGA HORÁRIA</b><br>80 horas  |

## SUBSEÇÃO V

### PROJETO DE VIDA

**Art. 213-** O mundo contemporâneo exige pessoas que compreendam que tudo se realiza por meio de relações sociais e do indivíduo com o outro ou consigo, que se posicionam de forma consciente e ética, e que são responsáveis por suas atuações e seus protagonismos. Pensando nisso, o Projeto de Vida apoia os estudantes a identificarem suas motivações, a materializar suas aspirações e a planejarem para alcançá-las. Para tanto, serão desenvolvidas habilidades dos Itinerários Formativos Associadas às Competências Gerais da BNCC vinculadas aos eixos estruturantes (investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sócio emocional, e empreendedorismo), a partir de três grandes temáticas:

- Autoconhecimento (quem sou?),
- Expansão e exploração (quais são as minhas possibilidades?), e
- Planejamento (quero mudar à minha vida? Assim, a partir do percurso proposto, o componente investe numa formação integral que prepare os alunos para os desafios da vida pessoal, social e profissional.

**Art. 214** - Os objetivos do Projeto de Vida são

- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais.
- Incentivar o jovem a apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho.
- Estimular o aluno a fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

- IV. Integrar o desenvolvimento cognitivo às competências sócio emocionais.
- V. Auxiliar no desenvolvimento integral do estudante, não só para transformá-lo em um ótimo profissional, mas também em uma pessoa mais segura e preparada para aproveitar as oportunidades e enfrentar desafios.
- VI. Auxiliar os estudantes a encontrarem o significado de suas próprias vidas no mundo.
- VII. Possibilitar, por meio de reflexões e práticas, que o jovem se projete no futuro a partir dos seus propósitos e anseios, para que seja capaz de transformar a si mesmo, a realidade e o mundo.

**Art. 215 - Estruturação do Projeto de Vida:**

**ÁREAS DE CONHECIMENTOS**

O projeto de vida deve ser elaborado a partir do aprendizado das áreas do conhecimento da BNCC (Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), de forma transversal, assim como as grandes áreas utilizam o projeto de vida como pilar de sustentação de seus conhecimentos. Para isso, ancora-se na abordagem sócio emocional e no pilar empreendedor.

**SUGESTÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Todos.

**TIPOS DE AVALIAÇÃO**

Fugindo de uma perspectiva relacionada à atribuição de nota, a avaliação do Projeto de Vida está relacionada a atividades diversificadas que conduzem o aluno a perceber o próprio desenvolvimento (meta cognição), valorizando seu protagonismo.

**EIXOS ESTRUTURANTES**

Investigação Científica, Processos Criativos, Meditação e Intervenção Sociocultural, e Empreendedorismo.

**ESTRATÉGIAS E MÉTODOS**

Vídeos disparadores, referências embasadas, e-books de preparação e atividades variadas são organizados numa plataforma 100% digital.  
O percurso permite a construção ativa e reflexiva do conhecimento, estimulando o protagonismo dos estudantes e desenvolvendo o autoconhecimento, o empreendedorismo, a consciência social, a gestão de problemas, a gestão das emoções, a comunicação multifocal e a resiliência.

**SUGESTÃO DE CARGA HORÁRIA**

40 horas



## MÓDULOS

- Meu maior e melhor projeto Cultura de paz
- Como eu me vejo? Como eu me sinto? Identidade: construindo-me com o outro
- Minha vida, meu empreendimento
- Eu tenho um sonho.... Aonde quero chegar? A sociedade e eu
- Solidariedade: cuidar do outro é cuidar de mim. Diga-me com quem andas que te direi quem tu és
- Respeito às diferenças: qual é sua importância nas relações
- Autocrítica: olhar para si com amor
- Superando obstáculos Empatia
- Consumismo: compro, logo existo
- Amizade: como fazer e manter amigos
- Inovação
- Administrar as emoções. Como dormir melhor. Reconhecer as emoções
- Como lidar com perdas e frustrações? A arte de ouvir
- Criatividade para a resolução de problemas Raciocínio multifocal para resolução de problemas
- Metas para o ano

## SEÇÃO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Art. 216** – O Atendimento Educacional Especializado - AEE, deve identificar, elaborar, organizar e oferecer os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

**Art. 217** - O atendimento ao aluno na Educação Especial será efetivado observando os seguintes procedimentos:

**I** - Pesquisas e estudos científicos para aprimorar os processos pedagógicos;

**II** - Avaliação educacional realizada por uma equipe pedagógica composta no mínimo por professor, supervisor e/ou orientador educacional;

**III** - Diagnóstico multidisciplinar, envolvendo profissionais da área da educação e saúde, quando for o caso, e com a participação da família;

**IV** - Relatório circunstanciado das informações básicas que justifiquem a oferta;

**V** - Plano de Desenvolvimento Individual do aluno (PDI);

**VI** - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

**VII** - Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

**VIII** - Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar.

**Art. 218** - Para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, será permitida a flexibilização do tempo escolar em até 50% (cinquenta por cento) do tempo previsto para o Ensino Fundamental e Médio.

**§ 1º** A flexibilização deverá obedecer aos seguintes critérios:

**I** - No Ensino Fundamental Anos Iniciais, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;

**II** - No Ensino Fundamental Anos Finais, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;

**III** - No Ensino Médio, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada série.

**§ 2º** Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, tais como Intérprete de Libras, Professor de Apoio na escola, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

**Art. 219** – A escola, de acordo com o seu Projeto Político-Pedagógico oferecerá aos alunos com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento, alternativas variadas para acesso ao currículo.

**Art. 220** – Alunos com Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento terão um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), devendo ser elaborado no início de sua vida escolar por todos os profissionais; diretor, especialista e professores envolvidos no processo de escolarização e continuamente atualizado em função de seu desenvolvimento e aprendizagem, com a participação dos pais ou responsáveis pelo aluno.

## **TÍTULO VIII DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR**

### **CAPÍTULO I DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**Art. 221** – A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionada a ação pedagógica, deve:

**I** - Assumir um caráter processual, formativo e participativo;

**II** - Ser contínua, cumulativa e diagnóstica;

**III** - Utilizar vários instrumentos, recursos e procedimentos;

**IV** - Fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos;

**V** - Assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo;

**VI** - Prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo;

**VII** - Assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos componentes curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente;

**VIII** - Possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade/ano de escolaridade.

**Art. 222** - Será garantido aos pais ou responsáveis legais, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos, da frequência, bem como o conhecimento sobre a implementação do Projeto Político-Pedagógico.

**Art. 223** - A escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem enviar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

**I** - Criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;

**II** - Organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia

de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma;

**III** - Adotando as providências necessárias para que a operacionalização do princípio da continuidade não seja traduzida como “promoção automática” de alunos de um ano ou ciclo para o seguinte, e para que o combate à repetência não se transforme em descompromisso com o ensino-aprendizagem.

**IV** - Considerando os resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem para a elaboração anual do Plano de Intervenção Pedagógica.

**Art. 224** - A avaliação da aprendizagem é um processo permanente de investigação, de análise, de decisão, de ação e de reflexão, constituindo-se um instrumento de melhoria e de aperfeiçoamento dos processos de aprendizagens, de organização e de gestão da instituição escolar e do sistema de ensino.

**Art. 225** - A avaliação deve ser entendida como um ponto de partida, de apoio, de intervenção, para repensar e planejar a ação pedagógica, visando à promoção das aprendizagens.

**Art. 226** - No Currículo do Ensino Fundamental e no Currículo do Ensino Médio, a avaliação da aprendizagem deve ser processual, ter um caráter contínuo, formativo e individualizado, como preconiza a LDBEN, considerando a auto avaliação dos estudantes e o monitoramento dos critérios de participação e de envolvimento, permitindo-lhes conhecer as ações como forma de alcançar as habilidades e as competências necessárias.

**Art. 227** - O processo avaliativo deve ser acompanhado por todos os atores educacionais envolvidos, como gestores, professores, estudantes, pais e responsáveis, não apenas como uma atividade fim para mensurar o desempenho dos estudantes, mas como uma atividade-meio, considerando-se as potencialidades e as singularidades de cada sujeito no processo de aprendizagem, visando à formação integral do estudante, o desenvolvimento de suas habilidades, de seu protagonismo e de sua autonomia.

## **CAPÍTULO II**

### **DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**Art. 228** - Na avaliação da aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária, às características de desenvolvimento do educando e suas necessidades de acessibilidade, utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

**Parágrafo único.** As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir pedagogicamente no processo de aprendizagem dos alunos devem expressar com clareza o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

**Art. 229** – No Colégio a verificação do rendimento é parte integrante do processo educativo e observará os seguintes critérios:

#### **DO ENSINO FUNDAMENTAL (anos finais) e DO ENSINO MÉDIO -**

**Art. 230** - Os resultados da avaliação do aproveitamento do aluno nos conteúdos da Base Nacional Comum e Parte Diversificada, são registrados em pontos na escala de 0 (zero) a 100 (cem), distribuídos nos 3 (três) trimestres.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A escala de pontos será distribuída nos três trimestres da seguinte forma:

Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio – Nota:

- a) 1º Trimestre: 30 pontos;
- b) 2º Trimestre: 35 pontos;
- c) 3º Trimestre: 35 pontos;

**Art. 231** - Nas disciplinas Arte e Educação Física, o aproveitamento será registrado em conceitos:

- I - Ótimo
- II – Muito Bom
- III - Bom

**Art. 232** - Os resultados da avaliação de aproveitamento serão comunicados aos responsáveis e ao próprio aluno, através de instrumento adequado a este fim, ao final de cada trimestre.

“PARÁGRAFO ÚNICO - O arredondamento das notas dos alunos se fará necessário determinando os seguintes critérios, no final do ano letivo:

- I - para nota decimal de 0,1 a 0,4 ajustará para 0,5;
- II - para nota decimal de 0,6 a 0,9 ajustará para o inteiro superior;
- III - para nota decimal 0,5 permanecerá inalterada no resultado de avaliação do aproveitamento.”

**Art. 233** - Será fornecido ao aluno revisão de provas, quando necessária pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do resultado.

**Art. 234** - Serão observados na promoção do aluno a avaliação do aproveitamento e a frequência.

**Art. 235** - Será aprovado o aluno que alcance:

I - Aproveitamento mínimo em cada componente curricular:

- a) 60 (sessenta) pontos do 6º ao 9º ano;
- b) 60 (sessenta) pontos do 1º ao 3º ano.

II - Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

Tendo em vista que o módulo/aula de cada segmento é o seguinte:

Ensino Fundamental:

6º ao 9º Ano – 50 minutos

Ensino Médio:

1º ao 3º Ano – 45 minutos

**Art. 236** - Mínimo para aprovação – 60 pontos – 60%

- Pontos a serem distribuídos durante o ano – 100 pontos
- Abaixo de 45% - Reprovação

**Art. 237** – Da Recuperação - Até 3 disciplinas

- Acima de 3 disciplinas – Reprovação

**Art. 238** - Sobre o acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais. O Processo de Ensino e Aprendizagem acontecerá de acordo com as condições apresentadas pelo aluno. O processo será adequado tendo como respaldo o (s) laudo (s) e parecer (es) prescrito (s) pelo (s) profissional (is) que atestam e em comum acordo com os responsáveis.

Sobre o Processo de Avaliação:

§ 1º - Os cronogramas dos trimestres serão adequados onde o aluno realizará as avaliações. A esse respeito vale ressaltar; poderá haver agendamento das avaliações em horários diferenciados ao turno que o aluno estiver matriculado, conforme estiver proposto nos cronogramas previamente enviados aos responsáveis.

§ 2º - No Ensino Fundamental o cronograma trimestral das avaliações será assim organizado com avaliações, trabalhos, atividades avaliativas, simulados. No 9º ano a partir do segundo semestre adotará o modelo do Ensino Médio.

§ 3º - No Ensino Médio o cronograma trimestral será dividido em 3 Provas Objetivas (sujeitas a serem substituídas por outra objetiva), 2 provas discursivas (não tem substitutivas) e 1 Simulado.

§ 4º - As provas de 2ª chamada acontecerão no final de cada etapa juntamente com as Recuperações Trimestrais, podendo ser cobrada um valor caso o aluno não apresente atestado médico que comprove a sua ausência ou a lei o resguarde.

§ 5º - O aluno será encaminhado à uma sala com um número menor de alunos, também em acompanhamento, onde terá sua avaliação direcionada pela Coordenação.

§ 6º - O prazo para a conclusão das avaliações poderá ser estendido, caso o aluno necessite.

§ 7º - As aulas de reforço poderão acontecer no extra turno, o valor deverá ser calculado e enviado à família do aluno.

§ 8º - Serão ofertadas ao aluno, além das avaliações de Recuperação (trimestrais). Estas atividades serão propostas, com a finalidade do aluno recuperar o conteúdo não vencido e complementar e/ou aproximar as médias do (s) trimestre (s).

§ 9º - As Recuperações Trimestrais serão oferecidas aos alunos que não alcançarem o mínimo exigido durante o ano letivo, e não haverá limite de número de componente curricular, podendo ocorrer em extra-turno. As Recuperações Finais, serão ofertadas, caso ao longo do ano, não alcance a média estipulada. Serão realizadas desde que haja a pontuação mínima de 45,0 pts anual e não excedam o número de 3(três) componentes curriculares.

**Art. 239** - Para a correta identificação no sistema a escola deverá:

- I - obter junto aos pais ou responsáveis informações sobre as especificidades apresentadas pelo aluno;
- II - solicitar dos pais relatórios do atendimento e/ou acompanhamento a que ele tenha sido ou esteja sendo submetido.

**Art. 240** - Para efeitos legais de acompanhamento da vida escolar do aluno serão feitos os seguintes registros na prática avaliativa:

**I - no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino Médio serão utilizados:**

- a) Ficha Individual, boletim e diário de classe

## SEÇÃO I PROCESSO AVALIATIVO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Art. 241** - Nos processos avaliativos dos alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a escola deve assegurar, as condições necessárias para o acesso e participação dos alunos, considerando o princípio da equidade, a garantia da flexibilidade e os recursos de acessibilidade.

**§ 1º** Em caso de transferência, a escola poderá solicitar ou encaminhar relatórios pedagógicos com informações sobre o atendimento oferecido ao aluno.

**§ 2º** O processo de avaliação deve ser diversificado, considerando as especificidades dos alunos, tendo em vista o seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no seu Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

**§ 3º** A avaliação como um processo contínuo, possibilitará a alteração do planejamento propondo novas ações e estratégias de ensino e devem levar em conta as funções:

I - Diagnóstica, cujo objetivo é conhecer cada aluno e o perfil da turma;

II - Monitoramento, cujo objetivo é acompanhar e intervir na aprendizagem para reorientar o ensino visando ao desenvolvimento dos alunos.

**§ 4º** Devem ser garantidas as adaptações conforme as necessidades do aluno, considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas pela escola. No processo avaliativo deve-se considerar as habilidades e competências previstas de acordo com cada componente curricular trabalhado em sala de aula e PDI dos alunos, nos termos das normas legais.

**Art. 242** - Ao aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são assegurados o acesso, a permanência, o percurso com qualidade do ensino e a aprendizagem, bem como a continuidade e conclusão nos níveis mais elevados de ensino. O percurso escolar garante ao aluno o trânsito pelas etapas e níveis referentes à forma de organização da escolaridade do sistema de ensino. A escola deve reconhecer e valorizar as experiências do aluno, suas habilidades, suas diferenças e atender às suas necessidades educacionais especiais sem perder de vista a consecução dos objetivos educacionais a que ele tem direito.

**Art. 243** - Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) - O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é o instrumento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Deve ser elaborado, desde o início da vida escolar do aluno, por todos os profissionais (diretor, especialista e professores envolvidos no processo de escolarização), em parceria com a família e atualizado conforme temporalidade prevista no Projeto Político Pedagógico da escola. Para atualizá-lo, as informações do Plano de Atendimento Educacional Especializado/AEE deverão ser consideradas.

**Art. 244** - Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) - O atendimento especializado oferecido ao aluno é construído a partir das necessidades educacionais específicas visando à definição dos recursos necessários e às atividades a serem desenvolvidas. A responsabilidade da elaboração do PAEE é do professor de sala de recursos em interlocução com o professor regente de aula ou de turma, e, quando for o caso, com o profissional de AEE – Apoio (Professor Intérprete de Libras, Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas e Professor Guia-Intérprete). Para isso, recebe da escola e família do aluno informações sobre as suas necessidades específicas, em relação a sua participação na escola e a sua aprendizagem. Essas informações, devidamente fundamentadas, são enviadas por meio de relatório e anexadas ao Plano de Desenvolvimento do Aluno (PDI). Assim, com base na justificativa da escola e na sua avaliação inicial, o professor elabora o seu plano de atendimento.

**Art. 245** - Critérios para a Flexibilização de tempo -

Para os alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, a legislação vigente prevê a possibilidade de flexibilização do tempo escolar em até 50% do tempo previsto em lei para o Ensino Fundamental e Médio, obedecendo-se aos seguintes critérios:



§ 1º A flexibilização deverá obedecer aos seguintes critérios:

- I - No Ensino Fundamental Anos Iniciais, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;
- II - No Ensino Fundamental Anos Finais, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada ciclo;
- III - No Ensino Médio, máximo de 02 anos, limitados a 01 ano a cada série.

**Art. 246** A escola deve considerar as características próprias de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, as intervenções e estratégias pedagógicas adotadas, minimizando a defasagem idade/ano de escolaridade, promovendo o percurso escolar do aluno junto aos seus pares etários.

**Art. 247** – A escola deve considerar as características próprias de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, as intervenções e estratégias pedagógicas adotadas, minimizando a defasagem idade/ano de escolaridade, promovendo o percurso escolar do aluno junto aos seus pares etários.

§ 1º - O PDI, sendo norteador da ação educacional do aluno público alvo da educação especial, é considerado um documento comprobatório de registro de escolaridade, devendo compor obrigatoriamente a pasta individual do aluno

**Art. 248** – Avaliação - A avaliação é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. O projeto político pedagógico deve conceber a avaliação como um processo contínuo na qual duas funções estão postas como inseparáveis: a diagnóstica, cujo objetivo é conhecer cada aluno e o perfil da turma, e a de monitoramento, cujo objetivo é acompanhar e intervir na aprendizagem para reorientar o ensino visando ao desenvolvimento dos alunos; alterar o planejamento propondo novas ações e estratégias de ensino.

**Art. 249** - Nos processos avaliativos, a escola deve assegurar, também, as condições necessárias para o acesso e participação dos alunos, considerando o princípio da equidade, a garantia da flexibilidade e os recursos de acessibilidade. O processo de avaliação do aluno com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser diversificado, considerando as suas especificidades, tendo como base seu desenvolvimento e a sua capacidade de aprendizagem significativa, que devem estar previstos no PDI.

**Art. 250** - Listamos abaixo algumas das adaptações considerando-se os instrumentos e práticas avaliativas mais utilizadas:

I. **Prova:** Esse instrumento de avaliação, normalmente, prevê respostas por escrito dos alunos, é utilizado para aferir a aprendizagem do conteúdo trabalhado em sala de aula. As adaptações, baseadas na necessidade específica do aluno, abrangem a dilação do tempo destinado à prova; prova oral; uso de materiais concretos ou recursos pedagógicos que facilitam o raciocínio; uso de recursos tecnológicos (lupa eletrônica, calculadora, gravador, computadores com softwares leitores de telas, etc.); uso de recursos humanos (leitor ou intérprete de Libras); adaptações na forma da prova (ampliação da fonte, uso de desenhos, ou pictogramas, provas em braile ou em outros meios de comunicação); adaptações no conteúdo da prova ou até mesmo supressão de conteúdos conforme a necessidade especial do aluno;

II. **Observação e Registro:** A observação do processo de aprendizagem feita pelo professor deve ser devidamente registrada. Portfólio, maquetes, fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo podem ser utilizados com a finalidade avaliativa para comprovar a participação e o desenvolvimento do aluno;

III. **Trabalhos e Provas operatórias (individuais e/ou em grupos):** são atividades e instrumentos importantes no processo de aprendizagem de alunos com deficiência, pois maximizam a participação e as trocas de conhecimento. Cabe à escola propor estratégias que favoreçam a construção coletiva do



conhecimento por todos no processo de ensino e aprendizagem. Nesses casos, a mediação do professor estimula a aprendizagem;

**IV. Auto avaliação e avaliação compartilhada:** Ouvir o próprio aluno e os seus colegas sobre as suas facilidades e dificuldades na aprendizagem propicia ao professor refletir sobre o processo de ensino.

**V.** Compartilhar suas considerações com a família e até mesmo com outros profissionais que ofertam o atendimento traz ao professor a possibilidade de conhecer a opinião de atores externos ao processo que, somada ao parecer dos profissionais da educação, ajuda a construir um processo educacional mais próximo à realidade e necessidade dos alunos.

**Art. 251** - O processo de avaliação envolve, necessariamente, a política educacional vigente e os compromissos assumidos no PDI e no PPP, a atuação do professor, sua interação com os alunos, o ambiente físico da sala de aula, os recursos instrucionais e metodológicos disponíveis, todas as relações que se desencadeiam no contexto escolar, além da família e dos próprios alunos como sujeitos do processo. O resultado da avaliação, expresso no PDI e no histórico escolar, orientará a escola/família nos futuros encaminhamentos do aluno.

**Art. 252** - A conclusão nos níveis de ensino deve ser garantida ao aluno com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

O Certificado de conclusão/histórico escolar emitido aos alunos com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento segue o mesmo modelo padrão estabelecido pela legislação vigente na rede estadual. O registro da carga horária e do aproveitamento alcançado pelo aluno são obrigatórios, e deverão ser preenchidos utilizando-se a mesma classificação adotada para todos os alunos, sendo representativa do desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e considerando-se os objetivos da etapa de ensino em que ele está sendo avaliado, conforme o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e de acordo com o artigo 59 da LDBEN nº 9394/96. Nesses casos, no campo de observações do histórico escolar, a lei deverá ser citada.

## SEÇÃO II

### DOS ESTUDOS CONTÍNUOS, INDEPENDENTES E PERIÓDICOS DE RECUPERAÇÃO

**Art. 253** – A escola oferecerá aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e antes do encerramento do ano escolar, a saber:

**I** - Estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino-aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula;

**II** - Estudos periódicos de recuperação, aplicados durante cada trimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período, podendo ser de modo on-line;

**III** - Estudos independentes de recuperação, após encerramento do ano letivo com avaliação a ser aplicada antes do encerramento do ano escolar, quando as estratégias de intervenções pedagógicas previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno.

**§ 1º** - Os estudos independentes de recuperação, a serem desenvolvidos com os alunos antes do encerramento do ano escolar, deverão contemplar apenas os temas ou tópicos em que o aluno não apresentou domínio necessário à continuidade do percurso escolar, o que deverá ser informado ao aluno antes da aplicação e o referido plano deve ser elaborado pelo professor responsável pelo componente

curricular.

**§ 2º** - Os estudos periódicos e independentes de recuperação serão avaliados pelo professor de forma presencial mediante os processos avaliativos

**§ 3º** - O aluno que alcançar resultados superiores a 60 (sessenta) pontos, prevalecerá o maior resultado.

**Art. 254** – Os resultados da avaliação da aprendizagem serão comunicados aos pais ou responsáveis e aos alunos, em até 20 (vinte) dias após o encerramento de cada um dos três trimestres, por escrito, utilizando-se notas, devendo ser informado, também, quais as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado que foram e serão oferecidas pela escola.

**Parágrafo único.** No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a escola comunicará aos pais ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso.

**Art. 255** - Os estudos de recuperação visam proporcionar ao aluno novas oportunidades de aprendizagem para superar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar.

**§ 1º** - A Recuperação acontecerá de forma paralela constantemente com a interferência do Professor ao detectar dificuldades no aluno. Será proporcionada ao aluno uma nova oportunidade para recuperar os conteúdos não apreendidos no decorrer da etapa, não havendo reassignificação de nota.

**§ 2º** - Do Ensino Fundamental (anos finais) ao Ensino Médio, ao findar os trimestres acontecerão as Recuperações trimestrais; para aqueles alunos abaixo da média.

**§ 3º** - As Recuperações trimestrais do Ensino Fundamental serão da seguinte maneira:

I - Um Trabalho no valor de 10,0 pontos e uma prova de 20,0 pontos na 1ª Recuperação trimestral, podendo alcançar 70% do total.

II - Uma Prova no valor de 25,0 pontos e 10,0 pontos em trabalho na 2ª e 3ª Recuperação trimestral, podendo alcançar 70% do total.

III - O aluno que não alcançar desempenho satisfatório no processo das Recuperações trimestrais prevalecerá as maiores notas alcançadas.

**§ 4º** - Será dada uma nova oportunidade aos alunos que não alcançarem resultado satisfatório após as Recuperações trimestrais, isto acontecerá em forma de Estudos Independentes.

**§ 5º** - Os Estudos Independentes terão uma valoração de 100 pontos.

**§ 6º** - Os Estudos Independentes acontecerão no período após o término do ano letivo e anterior ao término do Ano Escolar.

**§ 7º** - Somente poderão fazer os Estudos Independentes os alunos com até 3(três) disciplinas e que estas estejam igual ou acima de 45 pontos.

**§ 8º** - Nesta etapa o aluno fará um Trabalho no valor de 30,0 pontos e uma Prova no valor de 70,0 pontos.

**§ 9º** - Serão aprovados os alunos que alcançarem 60% dos pontos distribuídos nos Estudos Independentes. Caso contrário serão Reprovados.

**§ 10º** - Em casos de alunos especiais, será avaliado de acordo com sua capacidade, sendo anexado todo o processo em seu PDI, que acompanhará o Histórico Escolar.

**§ 11º** - Os estudos de recuperação deverão se constituir em estratégias de intervenção diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento escolar.

**§ 12º** - As dificuldades apresentadas pelo aluno no seu processo de aprendizagem serão detectadas através de avaliações contínuas, considerando os objetivos estabelecidos no planejamento curricular e a organização didática, adotados pela escola.

**§ 13º** - Os registros serão passíveis de serem revistos, pelo Conselho de Classe, sempre que forem superados por novas medidas de avaliação, sendo computado como válido o último desempenho do aluno.

## CAPÍTULO IX DA PROGRESSÃO

### SEÇÃO I DA PROGRESSÃO PARCIAL

**Art. 256** - Para fins de aprovação do aluno exige-se a frequência mínima obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária anual e o mínimo de aproveitamento em relação aos objetivos definidos para os conteúdos curriculares do nível em que se encontra, com exceção dos conteúdos Arte, Educação Física e Ensino Religioso.

**Art. 257** - A progressão parcial deverá ocorrer a partir do 6º ano do ensino fundamental, deste para o ensino médio e no ensino médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos, no ano letivo seguinte, naqueles aspectos dos componentes curriculares nos quais necessita, ainda, consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas.

**§ 1º** Poderá beneficiar-se da progressão parcial, em até 2 **(dois) componentes** curriculares, o aluno que não tiver consolidado as competências básicas exigidas e que apresentar dificuldades a serem resolvidas no ano subsequente.

**§ 2º** - A Progressão Parcial será ofertada a partir do 6º Ano até o 8º Ano (Ensino Fundamental – Anos Finais), na 1ª Série (Ensino Médio) e na 2ª Série (Ensino Médio), para o aluno que, depois de concluídos os Estudos de Recuperação Final do ano letivo correspondente, for reprovado em até 2 **(dois) componentes** curriculares.

**§ 3º** - A Progressão Parcial não será ofertada aos alunos reprovados do 9º Ano (Ensino Fundamental – Anos Finais) e do 3º ano ou série do (Ensino Médio).

**§ 4º** - O aluno que não cursar os Estudos de Recuperação Final referente (s) à (s) disciplina (s) na (s) qual (is) foi reprovado não poderá ser encaminhado à Progressão Parcial.

**§ 5º** - O aluno fará a Progressão Parcial no Componente Curricular somente no conteúdo não vencido no período de 1 a 3 meses, será avaliado com um trabalho no valor de 30 (trinta) pontos e uma avaliação no valor de 70 (setenta) pontos. Deverá alcançar 60% para a aprovação.

**Art. 258** - O aluno concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação na (s) disciplina (s) em que se encontrar em regime de Progressão Parcial.

### SEÇÃO III

#### DA CERTIFICAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO

**Art. 259** – Concluído o tempo de permanência na escolaridade, conforme estabelecido no Projeto Político-Pedagógico e neste Regimento Escolar e diante dos resultados alcançados, o aluno receberá o Certificado de conclusão do nível escolar correspondente.

**Art. 260** – O Histórico de conclusão de etapa ou curso de educação básica oferecido ao aluno com deficiência, transtornos invasivos do desenvolvimento e altas habilidades descreve as habilidades ou competências a partir do relatório circunstanciado e do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

**§ 1º** A escola deverá manter arquivo com a documentação referente a vida escolar do aluno, de forma a garantir sua regularidade e o controle pelo sistema de ensino.

**§ 2º** O registro da carga horária cursada e do aproveitamento alcançado pelo aluno deverá ser a mesma classificação adotada pela escola, observando o desenvolvimento do aluno em relação a si mesmo e considerando os objetivos da etapa de ensino em que está sendo avaliado conforme Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

## **TÍTULO IX**

### **DOS LIVROS E IMPRESSOS UTILIZADOS NA ESCRITURAÇÃO ESCOLAR**

**Art. 261** - Serão utilizados os seguintes Livros, Pastas e Impressos de Escrituração:

**I** - Livro de Matrícula - Nele deverá ser registrado o número inicial de alunos e as matrículas efetuadas no decorrer do período letivo conforme dispuser o sistema;

**II** - Livro de Transferências Recebidas e Expedidas - representará uma nova matrícula ou anulação da mesma;

**III** - Livro de Ponto: Nele deverá constar todos os registros necessários para informar e controlar a frequência dos funcionários bem como subsidiar o comando de pagamento e expedição de contagem de tempo de serviço;

**IV** - Termo de Visita do Inspetor: Nele deverá ser registrado as atividades realizadas pelo Inspetor em visita à escola, em 02 (duas) vias, uma delas a ser apresentada pelo Inspetor Escolar junto ao Órgão competente, não sendo permitida a sua reprodução por terceiros;

**V** - Livro de Ata de Reuniões do Conselho de Classe e equipe pedagógica: Serão registradas as atas de reuniões realizadas pelo corpo docente e equipe pedagógica, a fim de se avaliar o desenvolvimento do aluno como o planejamento e discussões pedagógicas do ciclo/ano/período de escolaridade.

**VI** - Livro de Ata de Resultados Finais – serão registrados os resultados obtidos pelo aluno ao final de cada ciclo/ano/período de escolaridade.

**VII.** Livro de Atas de Eliminação de Documentos: utilizado para registro das atas de eliminação de todos os documentos da instituição escolar observando-se a Tabela de Temporalidade.

**VIII.** Boletim Escolar: utilizado para comunicar bimestralmente aos pais ou responsáveis os resultados da avaliação de desempenho dos alunos e a frequência dos mesmos à escola conforme dispuser o sistema.

**IX.** Diário de Classe – Serão lançados todos os resultados da avaliação da aprendizagem obtida pelo aluno, inclusive os registros da progressão parcial, controle da frequência escolar do aluno e o conteúdo do componente curricular ministrado pelo professor.

**X.** Pasta de Legislação – Servirá para a guarda da legislação pertinente ao funcionamento da unidade escolar, assim como da organização do ensino.

**XI.** Pasta de Atos Legais – Deverá constar a cópia dos atos legais e dos cursos oferecidos pela escola.

**XII.** Livro de Exames Especiais - Servirá para o registro das atas referentes ao processo de avaliação para fins de conclusão do 5º ano (se escola credenciada) e regularização de vida escolar;

**XIII.** Livro de Atas de Regularização de Vida Escolar - Servirá para o registro de processo de regularização de vida escolar;

**XIV.** Pasta Individual do Aluno: Será utilizada para a guarda de toda a documentação referente à vida escolar do aluno, devendo conter:

**a)** Ficha de Matrícula;

- b) Certidão de Registro Civil (Nascimento ou Casamento) e Cédula de identidade; Nome Social;
- c) CPF;
- d) Comprovante de residência (conta de luz);
- e) Declaração de Transferência;
- f) Histórico Escolar;
- g) Ficha Individual do Aluno (durante o período letivo);
- h) Certificado de Conclusão do ciclo/série/ano/período;
- i) Cartão de vacinação;
- j) Cartão do SUS;
- k) Atestado Médico, quando for o caso;
- l) Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), quando for o caso;
- m) Opção em não frequentar a aulas de Ensino Religioso, se for o caso;
- n) Comprovante de dispensa das aulas de Educação Física, quando for o caso;
- o) Avaliações referentes aos processos de classificação e reclassificação;
- p) Certificado de alistamento militar, de reservista, de isenção ou de dispensa de corporação (para alunos de 18 a 45 anos de idade);
- q) Título de eleitor e comprovante de votação para aluno maior de idade.

**XV.** Pasta de Documentos dos Funcionários da escola contendo toda a documentação atualizada referente à sua situação funcional.

**Parágrafo único.** Toda cópia de documento deverá ser conferida, datada e autenticada pelo responsável mediante apresentação do documento original.

## TÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 262** - A escola expedirá documentos escolares de acordo com as orientações e legislação educacional vigente.

**Art. 263** – Das decisões do estabelecimento de ensino caberá recurso para os órgãos superiores.

**Art. 264** – Incorporar-se-ão a este Regimento, automaticamente, a alteração das disposições da Lei, instruções ou normas de ensino, emanadas de órgãos ou poderes competentes.

**Art. 265** – Este Regimento será alterado sempre que as conveniências didático-pedagógicas ou de ordens disciplinares ou administrativas assim o indicarem, fazendo-se a devida comunicação aos órgãos competentes.

**Art. 266** – Os casos omissos neste Regimento poderão ser resolvidos pela direção do estabelecimento de ensino ou pelos órgãos competentes, respeitadas as determinações legais vigentes.

**Art. 267** - Ao aluno que completar o Ensino Fundamental (anos finais) e o Ensino Médio, será expedido o histórico escolar e quando necessário, poderá ser expedido o certificado de conclusão de séries intermediárias para fins de transferência.

**Art. 268** – Nos casos em que dispositivos deste Regimento estiverem em conflito com os da Lei, estes últimos prevalecerão, sempre, sobre aqueles para se evitarem prejuízos decorrentes do adiamento da adoção dos recursos inovadores da Lei.

**Art. 269** - A paralisação e o encerramento das atividades escolares, por iniciativa da entidade mantenedora, devem ser comunicados à Secretaria e aos responsáveis pelos menores, 90 (noventa) dias antes do término do ano letivo, ou 45 (quarenta e cinco) dias antes do semestre.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidades de qualquer ordem serão objeto de diligência e sindicância, instaurada pela autoridade competente, obedecidos os procedimentos estabelecidos em lei ou regulamento.

**Art. 270** - A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidades de qualquer ordem serão objeto de diligência e sindicância, instaurada pela autoridade competente, obedecidos os procedimentos estabelecidos em lei ou regulamento.

**Art. 271** - O Regimento escolar, seus adendos e emendas entram em vigor no início do ano letivo subsequente à sua aprovação; ou, excepcionalmente, no mesmo ano, desde que a aprovação tenha sido anterior ao início do ano letivo e/ou período.

**Art. 272** - O Regimento deve ser revisto a cada 2 (dois) anos ou quando houver alteração na legislação.

**Art. 273** - O Regimento Escolar deve ser enviado à Superintendência a que a escola esteja circunscrita, para fins de análise, de registro e de arquivo.

**Art. 274** - Este Regimento Escolar entrará em vigor, no ano de 2022, devidamente analisado e registrado na Superintendência Regional de Ensino Sete Lagoas.

## **REGIMENTO APROVADO**

**PELO REPRESENTANTE DA ENTIDADE MANTENEDORA**

**DATA: 15 / 03 / 2022**

\_\_\_\_\_  
**Laís Pires Farnetti**

Assinatura do Representante da Entidade Mantenedora

\_\_\_\_\_  
**Laís Pires Farnetti**

Assinatura do Diretor da Escola

**\*Este regimento foi analisado, registrado e será arquivado conforme estabelece o artigo 130 da resolução 486/CEE/MG**